



BRASIL E URUGUAI

**FRONTEIRAS
E LIMITES**



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETORA DA EDITUS
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

Andréa de Azevedo Morégula

André Luiz Rosa Ribeiro

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

Guilhardes de Jesus Júnior

José Montival Alencar Júnior

Lurdes Bertol Rocha

Lúcia Fernanda Pinheiro Barros

Nelson Dinamarco Ludovico

Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti

Samuel Leandro Oliveira de Mattos

Sílvia Maria Santos Carvalho

Edson Struminski

BRASIL E URUGUAI

**FRONTEIRAS
E LIMITES**

Apoio científico

Unit
CENTRO UNIVERSITÁRIO TIRADENTES

Ilhéus-Bahia

eil
lts
Editora da UESC

2015

Copyright © 2015 by EDSON STRUMINSKI

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Alencar Júnior

FOTOS
Miriam Martins Chaudon

REVISÃO
Gabriela Amorim
Maria Luiza Nora
Pedro Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S927 Struminski, Edson.
Brasil e Uruguai, fronteiras e limites / Edson
Struminski. – Ilhéus, BA : Editus, 2015.
94 p. : Il.

Apoio científico Unit Centro Universitário Tiradentes.
Inclui referências.
ISBN: 978-85-7455-381-8

1. Brasil – Fronteiras – Uruguai. 2. Uruguai – Fronteiras – Brasil. 3. Brasil – Relações exteriores – Uruguai. 4. Uruguai – Relações exteriores – Brasil. I. Título.

CDD 327.810895

EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

APRESENTAÇÃO

Há alguns anos tive a oportunidade de morar e trabalhar na cidade de Santana do Livramento, na metade sul do Rio Grande do Sul, que junto com a cidade de Rivera, no Uruguai, formam uma aglomeração urbana única, com uma comunidade bilíngue assentada exatamente sobre a linha de divisa entre Uruguai e Brasil.

O seguinte fato, por si só, poderá causar enorme curiosidade nos leitores deste livro: como é possível para as pessoas viver em paz com seus vizinhos, considerando que do outro lado da rua já está outro país, com língua, moeda, leis e até times de futebol diferentes? Esta não é uma pergunta banal, uma vez que somos bombardeados constantemente por notícias sobre guerras, disputas e conflitos entre populações e países vizinhos. Nestes casos, as bordas e os limites entre estados costumam ser locais, e as divisões tornam-se mais evidentes, não sendo incomuns muros, cercas e rígidas fiscalizações para que as pessoas comuns possam exercer seus direitos de ir e vir.

Vivendo dois anos como “cidadão fronteiriço”, com domicílio e emprego fixos, transitei por um ambiente amplo comum, chamado aqui no Brasil de “fronteira sul”. Este espaço indeterminado entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina forma o Pampa, um ambiente natural e cultural único, de signos comuns aos três países, como o cavalo solto no pasto, a cuia de chimarrão e o churrasco. Neste espaço fronteiriço, as diferenças envolvem mais as imposições externas, leis e tratados criados em Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro ou Montevideu, do que propriamente o desejo dos moradores destas cidades.

Antes considerada como espaço de disputas, a fronteira, o fim dos países, passa agora a ser vista exatamente

como seu contrário: um espaço comum de convívio, a porta de entrada para os países. Esta mudança, que apenas muito lentamente e às custas de muitos conflitos, vem sendo assimilada pelos estados, faz parte da realidade de famílias binacionais há centenas de anos, que diariamente precisam decidir trivialidades, como de qual lado da fronteira fazer o mercado ou comprar pão, e questões mais complexas, como escolher a escola dos filhos, em qual país trabalhar, e assim por diante.

Muito do meu conhecimento sobre a divisa do Brasil com seus vizinhos sulinos vem da exploração de novas “fronteiras” para a prática de montanhismo, um esporte pouco conhecido na região. Além do convívio com duas pessoas que, mesmo originárias de lugares distantes da “fronteira sul”, carregam em si o melhor do espírito fronteiro: a hospitalidade e o companheirismo. A Fabrício Domingues, engenheiro agrônomo e montanhista, com quem tive a oportunidade de escalar em diversos pontos do Brasil, Uruguai e Argentina, e a Miriam Chaudon, professora, uma companheira de todas as horas, que não só me acompanhou em várias dessas viagens, como também registrou, de modo belo e sensível, muitas das belezas fronteiriças, algumas delas inclusive que ilustram este livro, agradeço a oportunidade que me proporcionaram de escrevê-lo.

Edson Struminski
Março de 2015

Este livro é dedicado a todas as pessoas que acreditam que o conhecimento se faz ultrapassando limites e explorando novas fronteiras.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 Fronteiras e limites	11
2 A fronteira Brasil-Uruguaí	13
3 O ambiente natural da fronteira entre Brasil e Uruguaí	15
3.1 O clima	15
3.2 O meio físico.....	16
3.2.1 <i>Geologia, geomorfologia e relevo</i>	16
3.3 Algumas hipóteses para a formação do ambiente natural na fronteira	20
3.4 A vegetação do Pampa fronteiriço	23
3.5 A fauna do Pampa	29
4 Aspectos históricos	35
4.1 A fronteira Brasil-Uruguaí na “era dos conflitos”	35
4.2 A fronteira Brasil-Uruguaí na “era da industrialização”	42
4.3 A fronteira Brasil-Uruguaí na “era da globalização”	48
5 Fronteira Brasil-Uruguaí, tratados e acordos internacionais	59
5.1 O Estatuto da Fronteira e outros acordos entre Brasil e Uruguaí.....	59
5.2 O Mercosul.....	64
6 A fronteira Brasil-Uruguaí e o planejamento urbano	69
6.1 Um olhar sobre planos diretores municipais.....	69
6.2 O plano diretor conjunto entre as cidades de Livramento e Rivera.....	71
6.3 O plano diretor da cidade brasileira de Santana do Livramento.....	76
6.4 O plano diretor da cidade uruguaia de Rivera	79
7 Conclusões	85
8 Referências	87

INTRODUÇÃO

A literatura, a televisão e o cinema produziram uma imagem da fronteira do Brasil com o Uruguai, um de seus menores vizinhos continentais, como uma região de campos despovoados que parecem não ter fim, onde seria mais fácil encontrar uma cabeça de gado do que uma pessoa e que regularmente seria assolada por conflitos bélicos dramáticos, que tingiriam de sangue as vastidões do chamado “Pampa” gaúcho. Esta imagem, literária, da *pátria gaúcha*, embora tenha um fundo histórico consistente, vive uma realidade de imensas plantações florestais de eucalipto para produção de celulose, *free shops* lotados de turistas em busca das últimas novidades lançadas na Europa, altas torres de energia eólica e um forte êxodo rural que lota as chamadas “mercocidades”, agitadas concentrações urbanas binacionais do Mercosul – tratado mercantil comum entre o Brasil e seus vizinhos. Muitas destas cidades são conurbadas, bilíngues, com cidadãos de dupla nacionalidade, onde duas, três ou até mesmo quatro moedas circulam nas ruas, em transações comerciais diárias.

Apesar dos conflitos passados, há um consenso de que os limites territoriais brasileiros com seus vizinhos continentais foram sendo definidos ao longo de algumas centenas de anos e consolidaram-se, de forma geralmente diplomática, ou com o mínimo de atritos, muitas vezes graças a laços familiares e de cordialidade formados pela própria população fronteiriça, apesar das políticas públicas dos estados, que foram, em alguns momentos, até avessas à integração.

Esta resolução de problemas, em geral harmoniosa, sugere que a paulatina e crescente inserção do Brasil no âmbito das relações internacionais poderá finalmente revelar ao mundo que nosso país apresenta aspectos originais no

que diz respeito à administração de conflitos fronteiriços, frente a um cenário internacional repleto de disputas ideológicas, de espaço e de poder.

Neste sentido, chama a atenção o quanto esta área de estudos – os estudos de fronteira, ou *borderland* – ainda é incipiente em nosso país. Por isto, este livro explora situações pouco conhecidas dos pesquisadores brasileiros, ou mesmo dos planejadores, que são as relações territoriais, sejam elas urbanas ou rurais, existentes nos limites e nas fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, algumas extremamente peculiares, inclusive a nível internacional.

O leitor será apresentado a uma análise desta região a partir de seus aspectos geográficos e naturais, de sua história e de dados socioeconômicos. Será apresentado, também, um instigante estudo de caso de duas mercocidades que têm um tecido urbano comum, possuem culturas similares, mas são planejadas e regidas por sistemas formais e legais diferentes.

Este livro avalia como as pendulares intenções de isolamento ou de integração binacional, promovidas pelas esferas governamentais e pelos processos globais da economia, geram um impacto peculiar nas ruas destas cidades. Mostra ainda como os valores fundamentais apresentados na cultura de planejamento dos dois países chocam-se com a cultura local.

1 FRONTEIRAS E LIMITES

Do ponto de vista territorial, limites e fronteiras, termos que em uma avaliação rápida podem até parecer sinônimos, possuem significados bem diferentes. De acordo com Pucci (2010), enquanto limite é a linha que separa dois estados e que subentende marcos, divisas, restrições e uma série de formalidades e exigências a serem seguidas pelos cidadãos comuns, fronteira é a região ao redor do limite, área à frente ou ao redor dos limites, instável, de transição entre dois poderes políticos, mas sem a presença marcante de nenhum dos dois poderes.

Para Rolim (2004), nesses locais, da mesma forma que se estabelecem condições para o fluxo de pessoas e capitais, a chamada integração fronteiriça, também se estabelecem restrições para que isso aconteça, os limites formais. Ao mesmo tempo em que se desenvolve uma cultura comum, também podem se acirrar diferenças culturais. Cria-se assim um espaço econômico comum, mas também barreiras à sua integração.

Assim, o ponto de partida para a análise de uma região fronteiriça está na resposta a duas grandes questões bem colocadas por este autor e relacionadas à sua integração:

- Como funciona internamente a região?
- Como ela se relaciona com o resto do mundo?

Mas, como reconhece Rolim (2004), como se trata de tema relativamente novo, para os estudos sobre fronteiras ainda não estão plenamente estabelecidos os procedimentos teórico-metodológicos. Tanto que este autor considera como principais esquemas interpretativos existentes

aqueles baseados principalmente em estruturas econômicas, como a avaliação de recursos humanos e materiais de uma região, ou a análise de estratégias de desenvolvimento. Também existem estudos com base na comparação de dados demográficos elaborados por institutos estatísticos, como o Instituto Nacional de Estatística uruguaio (INE) ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outra metodologia está sendo aqui proposta. Para entender como funciona esta região e como ela se relaciona com o mundo ou, em última análise, como ocorre sua integração, será feita uma análise do conceito local de “fronteira” a partir dos seus aspectos naturais e históricos. Este conceito será confrontado com os documentos oficiais que tratam do assunto “fronteira” e com estudos recentes de planejamento produzidos em duas cidades da fronteira Brasil-Uruguai que apresentam uma situação extraordinária: são “conurbadas”, ou seja, têm o tecido urbano comum. Assim, o objetivo final deste trabalho é verificar se o conceito de fronteira, forjado pela natureza e pela história em comum da região, está sendo assimilado por estes documentos de modo a permitir a integração fronteiriça, que é a proposta idealizada para elas.

2 A FRONTEIRA BRASIL- URUGUAI

De modo geral, é pouco produtivo comparar o Brasil com o Uruguai. Os próprios pesquisadores uruguaios reconhecem este fato. É o caso de Mazzei e Souza (2013), que exemplificam esta relação em cifras. Eles lembram que o Uruguai corresponde a pouco mais de 2% do território e a 1,7% da população brasileira, o que gera uma desproporção geralmente favorável ao Brasil, o *gigante norteño*, em vários sentidos, sejam ambientais, econômicos ou sociais.

- Por isto, Mazzei e Souza (2013), ao invés de usar uma mesma escala para comparar Brasil e Uruguai, consideram mais adequada a relação entre o estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai e particularmente, quando se fala em fronteiras, estes autores sugerem uma comparação entre os municípios fronteiriços brasileiros com os departamentos (estados) uruguaios. Surge, então, um território onde encontram-se 11 municípios brasileiros e 4 departamentos uruguaios (FIGURA 1), totalizando 800 mil habitantes com 1.069 km de limites em comum, sendo 320 km de “fronteira seca” (ou seja, que não possui barreiras no tecido urbano). De longe a situação mais interessante.

Dentro deste território, surgem relações binacionais bem peculiares entre cidades pares que podem ser separadas por pontes ou por meras ruas. Mesmo a nomeação entre elas pode ser igual, caso de Chuí (BR) e Chuy (UR), ou de Aceguá (BR) e Aceguá (UR). Uma das situações mais

FIGURA 1: Mapa com delimitação entre Brasil e Uruguai, com as cidades de Santana do Livramento e Rivera



Fonte: Google Earth, 2012.

interessantes é a ligação entre Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, o maior aglomerado urbano bilíngue de fronteira seca.

Além desta proximidade urbana, o próprio ambiente natural – que envolve clima, geologia, relevo, vegetação e mesmo uma fauna em comum – sugere que, em relação aos elementos naturais, não existem divisões entre os dois países e sim uma continuidade e, no máximo, uma transição suave entre os dois lados desta divisa internacional, como veremos a seguir.

3 O AMBIENTE NATURAL DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E URUGUAI

3.1 O clima

A região da fronteira entre Brasil e Uruguai encontra-se aproximadamente no paralelo 30°S, em uma faixa que se inicia no Oceano Atlântico e termina no rio Uruguai. Esta posição geográfica, associada a um relevo suave ondulado, proporciona uma relativa homogeneidade na distribuição da maioria dos elementos climáticos regionais.

Uma estação meteorológica localizada nas coordenadas 30°58'29"S e 55°32'39"W e com altitude de 235 metros, situada aproximadamente na metade da linha de divisa entre os dois países, no município de Santana do Livramento, registrou uma temperatura média anual de 17,8°C, sendo janeiro seu mês mais quente, com temperatura média de 24,2°C, e junho seu mês mais frio, com temperatura média de 12,1°C (IPAGRO, 1989). Entre os meses de maio e setembro as temperaturas mínimas médias encontram-se abaixo de 10°C. Nesta região, as geadas são comuns entre os meses de abril e novembro.

Os verões são quentes, com temperaturas médias superiores a 22°C, e os invernos, amenos, com temperatura superior a -3°C. Segundo Leite e Klein (1990), nesta região dos campos sulinos, no inverno as médias são inferiores a 15 °C, perdurando por mais de 3 meses, com frequentes penetrações de frentes polares que produzem geadas e ventos frios de velocidade moderada (vento Minuano).

Há distribuição uniforme de precipitação ao longo do ano, sendo que a precipitação total anual é de 1.388 mm, não havendo grandes diferenças de distribuição entre as

estações do ano. A diferença entre a estação mais seca, o verão, e a mais chuvosa, o outono, é de apenas 75 mm. O mês que registra a maior precipitação é outubro, com 156 mm, e o de menor precipitação é dezembro, com 84 mm.

Existe um déficit hídrico de 26 mm entre os meses de novembro e fevereiro, sendo dezembro o mês mais crítico, com um déficit de 14 mm. A associação entre as altas temperaturas destes meses, a diminuição dos índices de precipitação e a baixa capacidade de armazenamento de água no solo explicam a indisponibilidade de água no verão.

Durante todos os demais meses do ano, há excedente hídrico. A soma deste excedente resulta num saldo de 578 mm. Junho e julho são os meses de maior excedente, com 110 e 96 mm, respectivamente, resultado de uma maior atuação de massas polares (frentes frias).

Esses valores, quando submetidos à classificação de Köppen, indicam um clima do tipo Cfa. Esse tipo climático é característico das regiões de menor altitude, evidenciando condições subtropicais em transição para climas temperados, como já é o clima do Uruguai.

3.2 O meio físico

3.2.1 Geologia, geomorfologia e relevo

Para Kaul (1990), o panorama do Rio Grande do Sul é o de uma região que abrange três grandes domínios geológicos: terrenos pré-cambriânicos, bacia do Paraná e cobertura de sedimentos cenozóicos.

O domínio da bacia do Paraná engloba, no Rio Grande do Sul, as rochas efusivas ácidas e básicas e a cobertura sedimentar gonduânica. Segundo Kaul (1990), a cobertura sedimentar gonduânica, implantada na bacia do Paraná, nos

tempos do Siluriano Inferior, marcou o início de uma nova sedimentogênese. Nessa bacia, formaram-se, a partir daquele período até o Jurássico, extensas e espessas sequências de sedimentos de granulação essencialmente fina, com intercalações de calcários e raros conglomerados. Essas sequências integram, no estado, as formações sedimentares Rosário do Sul e Botucatu.

Tanto no lado brasileiro como no uruguaio, o domínio geológico predominante é o das rochas vulcânicas basálticas (formadoras de solos férteis), representadas por sucessivos derrames, que ocorrem à superfície do solo, e intercalações de rochas sedimentares, arenitos intertrápicos que definem uma superfície tabuliforme, com escarpas, a exemplo do que pode ser visto na região de Tacuarembó, no Uruguai (FIGURA 2).

FIGURA 2: Morros testemunhos (cerros) de arenito na região de Tacuarembó, norte uruguaio



Foto: Miriam Martins Chaudon.

Os arenitos são de granulação fina a média, uma rocha arenosa cimentada, permeável, de coloração vermelha,

rósea ou amarelo-clara, bem selecionados, maduros, apenas localmente feldspáticos. Como estrutura característica desses arenitos, ocorre estratificação cruzada tangencial de grande porte. O ambiente de deposição deste material foi o desértico (deposição por ação eólica), e a idade é referente ao período Jurássico.

Conforme Penteadó (1980), as características mais importantes dos relevos de arenito são a nitidez das formas com contrastes entre planaltos tabulares ou subtabulares e vales fortemente encaixados de paredes íngremes; densidade de drenagem fraca, rios longos e retilíneos, relevo ruiforme, com formas curiosas como peões, agulhas, pontões. A erosão neste tipo de relevo é realizada através de processos de intemperismo físico-químico e provoca o fraturamento na face rochosa das escarpas e especialmente na base (setor mais úmido), formando faces negativas, que desmoronam ou mantêm a verticalidade.

A região está situada no domínio morfoclimático das coxilhas subtropicais das pradarias mistas, com planaltos e chapadas desenvolvidos sobre rochas sedimentares horizontais, eventualmente dobradas ou falhadas. Existem duas regiões geomorfológicas importantes. Na porção ocidental, a região geomorfológica Planalto da Campanha, que representa o extremo ocidental e meridional do domínio morfoestrutural das bacias e coberturas sedimentares, já comentadas; e, na oriental, pela região geomorfológica depressão central gaúcha, que é uma região de baixa altitude entre dois planaltos, onde os processos erosivos sobre rochas paleozóicas, triássicas e jurássicas produziram relevo ondulado, com topos convexos e planos e encostas suaves. Quando as elevações ultrapassam 200m de altitude, as vertentes são íngremes. Junto aos rios, há depósitos de aluvião, e junto à calha fluvial, areias, ambos de origem quaternária (INCRA/MDA, 2006).

O relevo desta região de fronteira varia de suave ondulado a ondulado, o que é comum na chamada região da Campanha Gaúcha e também no Pampa uruguaio. Segundo Santini (1976), a topografia é relativamente monótona, porém pode ser interrompida por mesas ou tabuleiros. Podem ser encontrados na paisagem diversos cerros (morros testemunhos) de formação arenítica, tanto do lado brasileiro como do uruguaio, geralmente bastante intemperizados, juntamente com outros, com rochas resistentes, que ainda apresentam paredes escarpadas muito verticais (FIGURA 3).

FIGURA 3: Cerro Palomas, morro testemunho em Santana do Livramento (RS)



Foto: autor.

De acordo com o levantamento da capacidade de uso da terra no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002), mais de 50% das terras dos municípios desta região estão na classe VI, principalmente por serem solos rasos

(neossolos litólicos). Uma parcela em torno de 10% é ocupada por solos de várzea (usados no cultivo de arroz) e somente algo como 30% são solos com maior profundidade (argissolos vermelhos, argissolos vermelho-amarelos e argissolos acinzentados), próprios para cultivos agrícolas em terrenos secos.

Praticamente toda esta região pertence à macrobacia do Rio Uruguai, localizada a noroeste do Rio Grande do Sul, dividindo o Brasil da Argentina, com direção de fluxo para sudoeste.

A rede de drenagem da região apresenta um padrão predominante dendrítico a subdentrítico, pertencente às bacias hidrográficas de rios como o Quaraí, Ibicuí e o Santa Maria.

Ressalta-se ainda que a região situa-se sobre o maior lençol freático da América do Sul, o Aquífero Guarani, com profundidade média de 70-80 metros.

3.3 Algumas hipóteses para a formação do ambiente natural na fronteira

De acordo com Veloso e Góes Filho (1982), no extremo meridional do Rio Grande do Sul, e avançando para o Uruguai, estendem-se amplas superfícies conservadas com vegetação campestre no chamado Planalto da Campanha, ocupando aproximadamente 30.000 km².

O clima da região já demonstra certas tendências para a continentalidade, sendo a região próxima ao rio Uruguai a parte mais quente do estado. A alternância de períodos quentes e frios, acompanhada de sensíveis variações da pressão atmosférica, conferem a estas áreas característica climática própria, abrigando massas de ar quente ou ar frio independentemente da dinâmica climática zo-

nal, pois a presença de barreiras montanhosas a norte e a leste protegem esta região das massas de ar tropicais (PASTORE; RANGEL FILHO apud LEITE; KLEIN, 1990).

Mesmo assim, Hueck (1972) conclui que as condições climáticas atuais do Pampa deveriam permitir a formação de florestas e, no entanto, a história revela a presença dos campos de pastagens destituídos de árvores desde os primórdios da sua ocupação. Segundo estes autores, as estepes (campos) e seus solos são eutróficos, geralmente cálcicos e às vezes solódicos, reflexo de um clima pretérito mais frio e árido.

Segundo Ab'Sáber (apud LEITE; KLEIN, 1990), as variações paleoclimáticas entre a provável situação glacial do final do Pleistoceno (13.000-18.000 antes do presente) permitem supor a penetração da calota glacial até o paralelo 45° Sul, ao norte de Comodoro Rivadavia, na Argentina, e a ocorrência de amplas áreas estépicas e desérticas frias associadas até o extremo sul do Brasil, com a manutenção destes campos atualmente.

Leite e Klein (1990) sugerem que é a presença deste deserto frio que possibilita explicar interessantes questões, como a da dinâmica sucessional das formações fitoecológicas ao longo do tempo geológico, que levou à ocorrência de campos em região de clima tipicamente florestal, o que culminou no atual mosaico da cobertura vegetal do Uruguai e do sul do Brasil.

Com isto, segundo Rambo (1956), a região das Estepes da Campanha, no Brasil, é a que mais ostenta o caráter de campo, pois a vegetação silvática, só na borda setentrional, chega a se constituir em floresta primária, deixando todo o resto à flora graminácea, com tênues cordões de florestas de galerias.

Mas Cruz e Guadagnin (2010) sustentam uma segunda hipótese, a de que foram a chegada e o estabelecimento

de seres humanos na região do Pampa (próximo de 15.400 AP) que induziu à manutenção das paisagens abertas e à extinção da megafauna. Para eles, os humanos proporcionaram mudança de manejo do bioma, adaptando-o ao pastoreio, condicionando-o ao uso do fogo e mudando a fisionomia dos campos baixos dominados por geófitas (ex: tubérculos) para campos altos dominados por hemicriptófitas (ex: gramíneas), onde se estabilizou a fisionomia dos campos, até a chegada do gado europeu. O humano, neste caso, impediu o avanço das florestas.

Assim, a introdução da pecuária na região teria gerado grande intervenção no bioma Pampa. O pisoteio e o pastoreio proporcionados pelo contingente animal, além do fogo utilizado para controlar a sucessão vegetal, possibilitaram um processo de ajuste na cobertura vegetal, onde gradualmente as geófitas voltaram ao domínio com suas características mais resistentes às condições ambientais impostas (CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

Desta forma, um processo de ocupação e uso do solo pode ter tido um papel coadjuvante nas mudanças ambientais. O sistema produtivo seguiu com a criação pecuária e no manejo do bioma, mantendo o formato das paisagens.

Assim, se de um lado, segundo estes autores, o modo como foi organizada a ocupação destas terras proporcionou alta concentração fundiária, vazios demográficos e desigualdade social, por outro lado, deu condições de manejo para que o bioma Pampa mantivesse determinadas condições ambientais e sua biodiversidade, além desta característica paisagística ter se tornado, de certo modo, base cultural do gaúcho.

Na atualidade, a expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas têm levado a uma degradação e descaracterização das paisagens naturais do Pampa.

3.4 A vegetação do Pampa fronteiriço

Como foi visto, em boa parte da metade sul do Rio Grande do Sul, no chamado planalto da Campanha, a cobertura vegetal predominante é a dos campos, a chamada estepe gramíneo/lenhosa ou Pampa. Esta vegetação, que predomina também no Uruguai, nesta região brasileira é considerada como de ocorrência de uma área “core”, ou seja, representativa de uma formação vegetal. Segundo Boldrini (1997), os solos são rasos e férteis, há dominância de espécies prostradas, que cobrem o solo e têm bom valor forrageiro, constituindo uma vegetação baixa. A fisionomia é de extensas planícies de campo limpo, apresentando, porém, raras formações florestais em afloramentos de rocha e em florestas aluviais, além de disjunções do ambiente florestal chaquenho no oeste do Rio Grande do Sul.

A paisagem campestre da estepe é essencialmente caracterizada por gramíneas cespitosas dos gêneros *Stipae* e *Agrostis*; gramíneas rizomatosas dos gêneros *Paspalum* e *Axonopus*; raras gramíneas anuais e oxalidáceas, além de leguminosas e compostas. As fanerófitas são representadas por espécies espinhosas e decíduas dos gêneros *Acacia*, *Prosopis*, *Acanthosyris* e outros.

Destacam-se, dentre as espécies de verão, *Paspalum notatum*, *P. alnum*, *P. dilatatum* e *Coelorhachis selloanae*. Dentre as de inverno, as flechilhas *Stipa hyalina*, *S. papposae* *S. setigera*, além do cabelo-de-porco, *Piptochaetium bicolor*. Dentre as leguminosas, *Adesmia bicolor* (babosa) é a espécie que está sempre presente em alta cobertura, mesmo em áreas com pastejo intenso. Nos locais mais pedregosos são encontradas plantas de pequeno porte, como *Aristida murina* e *Bouteloua megapotamica*. O mio-mio, *Baccharis coridifolia*, é planta considerada indesejável nesta região, por ser

tóxica para os animais. Em áreas com solos hidromórficos aparecem espécies hidrófilas como *Eleocharis obtusetrigona*, *E. dunensis* e as gramas-boiadeiras (*Leersia hexandra* e *Luziola peruviana*).

Lindman (*apud* RAMBO, 1956) afirma que estas sociedades vegetativas dos campos estão adaptadas às seguintes condições de vida: crescimento em local desabrigado, em altitudes de até 300 metros, em terreno quente e pobre em água e com pouca precipitação. Por conseguinte, a vegetação deve ser considerada como xerófita, resquício de uma área semiárida.

Mas estes campos apresentam paisagens singulares, com grande diversidade de formações locais, face as várias diferenciações de solo. Assim, o campo propriamente dito, formação principal desta região, não é, de maneira nenhuma, um ambiente vegetal uniforme, havendo grande variabilidade de formações, sendo de difícil descrição pormenorizada. De forma abrangente é possível delinear os seus aspectos mais importantes. No topo plano dos tabuleiros, a vegetação é paupérrima em espécies; no dorso das coxilhas, é uniforme e denso; nas planícies, é alto, muito fechado, entremeado de arbustos e árvores, com transição para a floresta palustre (RAMBO, 1956).

Apesar de serem utilizados principalmente para a pecuária, já foram reconhecidos usos ornamentais para a flora do Pampa, além do uso forrageiro ou medicinal já documentado na literatura científica, o que agrega atributos estéticos à paisagem, moldando os horizontes e a cultura da região (STUMPF et al., 2009).

Os ambientes arbóreos densos são relativamente raros no Pampa. Quando ocorrem, estão associados aos acidentes mais pronunciados do terreno, como nas áreas aluviais dos rios ou no entorno de afloramentos rochosos,

onde ocorrem as fisionomias florestais denominadas de savana estépica arbórea.

O dossel arbóreo é formado por espécies xeromorfas, onde se destacam as anacardiáceas: *Astronium* ou *Myracrodouon balansae* (pau-ferro); *Lithraea molleoides* (aroeira-do-fruto-achatado); *Schinus lentiscifolius* (aroeira-cinzenta); a rutáceia *Helietta longifoliata* (canela-de-veado); a cannabacea *Celtis tala* ou *ehrenbergiana* (taleiro); as leguminosas *Enterolobium contortisiliquum* (timbaúva) e *Acacia* ou *Vachellia caven* (espinilho), dentre outras. De forma dispersa, ocupando afloramentos litólicos, ocorrem agrupamentos de cactáceas dos gêneros *Cereus* e *Opuntia*. Flanqueando as drenagens, existem florestas de galerias, de porte alto, formadas por espécies tais como a boraginacea *Patagonula americana* (guajuvira); a leguminosa *Parapiptadenia rigida* (angico); a malvácea *Luehea divaricata* (açoita-cavalo); a polygonácea *Ruprechtia laxiflora* (marmeleiro), além de outras. As espécies arbóreas são geralmente decíduas (IBGE, 2004), perdendo suas folhas no inverno.

Já as florestas de galerias, localizadas ao longo das drenagens, com terraços periodicamente inundáveis, são do tipo aberto e descontínuo, com predomínio da bela corticeira do banhado (*Erythrina crista-galli*), uma leguminosa, da salicácea salgueiro (*Salix humboldtiana*), e do sarandi (*Sebastiania schottiana*).

Também pode surgir vegetação florestal na presença de condições edáficas mais favoráveis, como nas zonas de contato com as rochas vulcânicas estratigraficamente sobrepostas (FIGURA 4). Neste caso, morros testemunhos com solos oriundos de derrames basálticos permitem o desenvolvimento de floresta nativa, que contrasta com a vegetação do tipo estépica.

Além dos solos mais férteis, a escarpa de transição entre os derrames basálticos e o arenito Botucatu, com marcante controle estrutural por fraturas de origem tectônica, definem escarpas com morfologia tabuliforme, onde ocorrem significativas surgências de água subterrânea que alimentam os cursos d'água. Conforme se deduz da figura, estas geram um microclima e condições edáficas que favorecem a ocorrência de florestas nativas de razoável porte, que acompanham as formas de relevo, contrastando com os campos e savanas, predominantes no contexto regional (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

FIGURA 4: Adensamento florestal ocupando solos com origem em zonas de contato rochoso nas encostas do lago Batuva, em Santana do Livramento (RS)



Foto: Miriam Martins Chaudon.

Porém, além destas tipologias vegetais mais facilmente identificáveis, podem ser encontradas outras formações

vegetais que ocupam áreas mais reduzidas, não sendo, por este motivo, menos importantes.

Nas margens de arroios, onde aparecem depressões do terreno que permitem o acúmulo de matéria orgânica e água, aparecem campos alagados ou várzeas, formações pioneiras, classificadas dentro do sistema do IBGE como sistema edáfico de primeira ocupação.

Segundo Veloso e Góes Filho (1982), tal designação prende-se a uma tentativa de conceituar comunidades localizadas, sem as ligar às regiões ecológicas climaxes. Pois a vegetação que ocupa, em primeiro lugar, áreas com solo em constante rejuvenescimento, nem sempre indica estar no caminho da sucessão para o clímax da região circundante, que tanto pode ser o campo seco (estepe) ou alguma formação florestal.

Por acumularem matéria orgânica, as várzeas atuam como reguladoras do fluxo hídrico dos rios que as margeiam, além de desempenharem o papel de filtro natural. Normalmente, a água das inundações é absorvida pela várzea e evita que áreas contíguas sejam afetadas, papel particularmente importante em áreas urbanas.

Outro tipo de vegetação florística e estruturalmente diferente do contexto geral da flora dominante, de caráter campestre ou savanóide, é a rara vegetação rupestre, classificada, conforme Veloso e Góes Filho (1982), como pertencendo a um “refúgio vegetacional”. Trata-se de vegetação herbácea que ocupa os afloramentos rochosos (blocos de pedra isolados e paredões de rocha de arenito) em meio ao Pampa, não estando relacionada diretamente com uma determinada altitude, mas com a própria presença do afloramento.

Por ocupar diretamente o material rochoso (FIGURA 5), esta vegetação representa o primeiro estágio da sucessão vegetal primária. Diversos líquens e musgos podem

ser observados, bem como espécies altamente especializadas, como cactus, bromélias e orquídeas. Algumas Asteráceas pouco exigentes e de dispersão universal, como *Baccharis sp.* (carqueja) ou *Achyrocline satevoldes* (mace-la), também ocupam estes ambientes, assim como espécies existentes nos campos, como *Cladium ficticium* ou poáceas (gramíneas, bambus).

FIGURA 5: Vegetação rupestre em afloramento de rocha

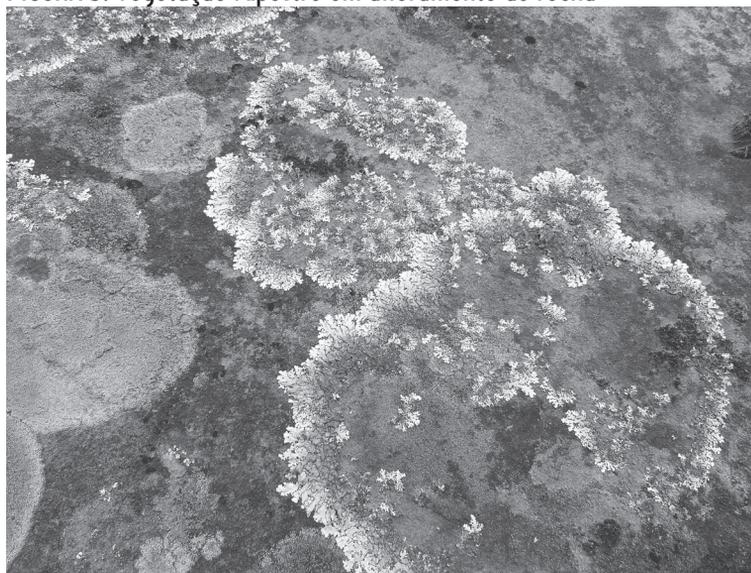


Foto: autor.

De acordo com Rizzini (1997), algumas condicionantes ecológicas, relacionadas à presença ou não da água, definem um vegetal como xerófito, ou seja, aquele que habita um ambiente seco (sofre tensão pela falta de água), pelo menos durante um período determinado, exibindo mecanismos para resistir a esta seca. Assim, estas plantas rupestres crescem, em geral, de modo muito lento, devido à escassez de nutrientes e limitação de água, porém, acabam dando ao

Pampa uma biodiversidade que, de outra forma, passaria despercebida.

3.5 A fauna do Pampa

A fronteira entre Brasil e Uruguai está inserida na Província Biogeográfica Pampeana (CABRERA; WILLINK, 1980), sendo que a característica básica da fauna desta região está no domínio de espécies típicas de formações abertas. Assim, algumas das espécies mais populares e emblemáticas da fauna gaúcha são animais essencialmente campestres.

Entre os mamíferos, pelo menos 25, das cerca de 96 espécies continentais não-voadoras do Rio Grande do Sul, habitam campos, sendo 14 de forma exclusiva. Entre as aves, 120, das 578 espécies nativas continentais, são primariamente adaptadas a habitats campestres ou savânicos (BENCKE, 2009).

As informações disponíveis não permitem estimativas tão precisas para os demais grupos de vertebrados. No entanto, alguns autores já compilaram uma lista de 50 espécies de anfíbios para a ecorregião Campos, que abrange toda a porção brasileira do bioma Pampa, além do Uruguai e de parte da província argentina de Entre Ríos (GARCIA et al., 2007).

Estudos de herpetologia salientaram a grande riqueza específica da província biogeográfica do Pampa (BÉRNILS et al, 2007). Algumas espécies de répteis seriam predominantemente heliófilas e campestres. Além disso, vários elementos da herpetofauna pampiana são compartilhados com os campos planálticos do sul do Brasil.

Embora não diretamente associados aos campos, os peixes anuais do gênero *Austrolebias* (*Rivulidae*) constituem um componente peculiar da fauna do Pampa. Esses peixes habitam unicamente charcos temporários rasos de várzeas e

planícies inundáveis inseridas em zonas campestres ou costeiras do sul do Brasil (COSTA, 2002). Sintomaticamente, este gênero não é encontrado em outras regiões brasileiras, mas somente em áreas adjacentes ao Uruguai e à Argentina, além de no Chaco (COSTA, 2002).

Como seria de se esperar, um certo número de espécies pampeanas com distribuição circunscrita ao território sul rio grandense acaba ocorrendo também no Uruguai e na Argentina, devido à inexistência de barreiras biogeográficas ou transições ecológicas abruptas que limitam a sua dispersão. É o caso, por exemplo, da serpente *Calamodontophis paucidens*, recentemente citada também para o Uruguai, segundo este autor.

Já o nível geral de conhecimento sobre os invertebrados terrestres dos campos sulinos é precário, estando abaixo do “ruim”, segundo julgamento de especialistas que avaliaram o estado do conhecimento da biodiversidade brasileira (LEWINSOHN, 2006). Em consequência, muito pouco pode ser dito acerca da riqueza, composição e peculiaridade dos diversos grupos de invertebrados campestres desta região.

Outro componente importante é o migratório. Na avifauna dos campos sulinos listam-se pássaros que se alimentam das sementes de gramíneas nativas e tendem a concentrar-se em margens capinzentas de banhados e nos campos úmidos ao longo das drenagens de regiões campestres.

Destaca-se, ainda, que vinte e uma espécies ameaçadas de extinção, no Rio Grande do Sul, são usuárias obrigatórias de campos e dependem diretamente desses ecossistemas para sua sobrevivência. Um terceiro conjunto de espécies ameaçadas não apresenta associação direta com formações campestres, mas ocupa outros tipos de ambientes que ocorrem, como elementos discretos na paisagem de regiões com predomínio de campos, tais como florestas

de galeria, corpos d'água sazonais e turfeiras. Nesse grupo também se incluem algumas espécies aquáticas restritas ao domínio dos campos sulinos, principalmente moluscos bivalves (LEWINSOHN, 2006).

Para este autor, os ambientes méxicos desempenham um importante papel na manutenção da biota, ao proporcionar a diversos organismos refúgios permanentes ou temporários onde características termo-hídricas particulares criam condições mais amenas em relação ao meio circundante. Tais ambientes são especialmente importantes em ecossistemas abertos, nos quais a fauna está exposta a eventos climáticos extremos e a grandes amplitudes térmicas diárias.

Existem evidências científicas e empíricas de que a fauna de regiões campestres tende a se concentrar nas partes topograficamente mais baixas do terreno, onde o nível de umidade é maior e a estrutura física da vegetação é frequentemente diferenciada. Em consequência, tanto a intensidade do uso do hábitat como a distribuição da riqueza de vários grupos da fauna estão muito distantes de um padrão uniforme nessas regiões. A abundância e a riqueza da avifauna, por exemplo, tendem a ser consideravelmente maiores ao longo dos brejos lineares e das estreitas faixas de capinzais higrófilos (“campos ripários”) que acompanham as drenagens, do que nos campos em terrenos mais elevados.

Os fatores que determinam a maior ocupação de ambientes méxicos pela avifauna provavelmente estão relacionados à estrutura do hábitat. A vegetação nesses locais geralmente é mais espessa e apresenta maior variedade de tipos funcionais, proporcionando abrigos e sítios de reprodução mais seguros, bem como maiores oportunidades de forrageamento, embora a densidade da vegetação possa tornar os invertebrados menos acessíveis às aves (PLANTUREUX et al., 2005).

Os mamíferos campestres também tendem a ocupar intensamente os ambientes méxicos, como florestas de galeria, áreas arbustivas úmidas e capinzais altos em margens de banhados, onde encontram sítios adequados para abrigar-se durante o dia e obtêm acesso a recursos críticos como é o caso da água. Contudo, os mamíferos exploram, em um grau maior do que as aves, o mosaico de ambientes que caracteriza as paisagens campestres, visto que relativamente poucas espécies são exclusivamente adaptadas a campos abertos. Assim, a maioria parece depender ou tirar proveito da complementaridade entre habitats espacialmente contíguos, como campos, banhados e florestas de galeria, que são utilizados de forma conjugada.

O reconhecimento da importância dos ambientes méxicos para a fauna das paisagens campestres tem implicações profundas na conservação. A definição de estratégias de conservação para os campos sulinos deve considerar a necessidade de medidas de proteção e manejo específicas para esses ambientes críticos, assim como o papel funcional da complementaridade de habitats na manutenção da diversidade de determinados grupos da fauna.

Por outro lado, as primeiras alterações antrópicas, a partir do processo de ocupação da terra para criação de gado de forma extensiva, em meados do século XVII, resultaram na modificação de uma paisagem natural campestre em uma paisagem pastoril. De modo geral, estas características tornaram o Pampa um bioma manejado, com características naturais controladas pelo pastejo direto para alimentação animal. Mas as mudanças mais recentes na estrutura fundiária, acompanhadas da diversificação do uso da terra, vêm exercendo alterações ambientais diferentes daquelas ocorridas pelos processos históricos de ocupação regional, com o conseqüente aumento da pressão antrópica

sobre os remanescentes de vegetação original (refúgios para fauna) em função de maior atividade no manejo da terra.

Estas alterações sobre a paisagem são advindas do uso do fogo, dos reflorestamentos, usos pastoris e agrícolas monoculturais, e também de alterações mais drásticas provocadas pela pressão urbana, como a utilização de áreas naturais para fins de lazer, deposição de lixo urbano, descarte de subprodutos de construção civil, esportes potencialmente agressivos à fauna etc. O resultado provável disso é a redução na abundância, o afugentamento ou a extinção local de espécies da fauna nativa campestre, pela perda de seus habitats, caça ou acidentes com animais.

O componente florestal presente na paisagem, principalmente na forma de florestas de galeria e de encostas dos cerros, possivelmente também vem sofrendo redução pelos motivos citados anteriormente. Estes remanescentes são de extrema importância para as espécies cujo conjunto de habitats utilizados inclui ambientes campestres e florestais, abrangendo tanto espécies generalistas quanto ao uso de habitat, como as tipicamente florestais.

Assim, atualmente, para a fauna, provavelmente os últimos refúgios estão localizados em áreas com baixa aptidão de uso, tanto pela situação topográfica (encostas dos cerros, afloramentos rochosos), como pela baixa pressão de pastejo, como campos úmidos e várzeas inundadas permanentemente. A diversidade de ambientes é de extrema importância para a vida silvestre.

Com isto, acredita-se que a fauna remanescente no bioma Pampa seja composta por espécies tolerantes ao padrão de uso e ocupação humana, onde mantém-se a pecuária de corte em campo nativo, e por espécies tolerantes a níveis baixos de pressão de caça ou de pouco interesse para os caçadores.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS

4.1 A fronteira Brasil-Uruguaí na “era dos conflitos”

Como já comentado, registros arqueológicos dão conta de que a chegada e o estabelecimento dos primeiros seres humanos na região que hoje compreende a fronteira entre o Brasil e o Uruguaí deve ter ocorrido há cerca de 15.400 anos, através do surgimento de pequenos grupos de coletores e caçadores (CRUZ; GUADAGNIN, 2010). Possivelmente, estes primeiros grupos já começaram a modelar a paisagem de acordo com suas necessidades.

Já em tempos históricos, os primeiros ocupantes da região foram os índios charruas, bohanes, chanás, yarós e minuanos, do grupo Guaicurús do Sul, habitantes das pradarias e eminentemente caçadores. E também os guaranis, que eram principalmente agricultores e moravam às margens dos rios.

Com a chegada dos europeus na América, as riquezas e o espaço platino começaram a ser disputados entre Portugal e Espanha. A Coroa Portuguesa chegou a criar, no século XVII, uma colônia (Sacramento) na margem do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, com o intuito político explícito de confrontar o Império Espanhol. Mas a fronteira entre os dois impérios flutuaria conforme as forças expansionistas em choque, sendo, durante vários séculos, uma das mais conflitantes da América do Sul e, com isto, uma área de povoamento e urbanização tardias, com habitantes (*gauchos*) nômades, individualistas e independentes, sendo a cultura indígena a grande perdedora (ALBORNOZ, 2000).

Durante um período de 60 anos (1580-1640), as duas coroas europeias estiveram unificadas, período em

que floresceu o comércio informal, que se tornaria regra na região. O historiador Capistrano de Abreu (*apud* BANDEIRA, 1998) chegou a afirmar que a fortaleza de Colônia era um “ninho de contrabandistas, antes que de soldados”.

Porém, os grandes rios da região, como o Uruguai e o Paraguai, permitiram que alguns europeus entrassem e se instalassem em um vasto território no interior do continente sul-americano, que ia do sul do atual estado do Mato Grosso do Sul até o Uruguai, passando por partes do oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de partes do Paraguai e Argentina. Estes europeus eram padres jesuítas espanhóis que criaram cidades, ou missões catequizadoras, em ambas as bandas do rio Uruguai.

De acordo com Monteiro (1994), devido aos abusos cometidos no primeiro século da conquista de povos e terras indígenas na América espanhola e portuguesa, teriam surgido vozes em defesa da liberdade dos índios e novas propostas de colonização, como o aldeamento missioneiro. A partir de 1610, padres jesuítas iniciaram um grande movimento de catequese, fundando dezenas de reduções, que agregaram, segundo Martins (1995), milhares de indígenas. Reduções, para este autor, no sentido de redutos — isto é, de defesas contra os perseguidores dos índios e com a assistência constante dos religiosos — e não de redução à escravidão, como os demais conquistadores brancos geralmente faziam. Alguns estudos são mais exatos e concluem que algumas destas reduções chegaram a algo como quatro mil habitantes (CHMYZ et al., 1986). De qualquer modo, eram cidades espanholas com ruas bem alinhadas, praças, colégios e igrejas.

Do ponto de vista religioso, ao contrário dos militares e conquistadores espanhóis ou portugueses, os jesuítas esperavam encontrar na América o paraíso terrestre em um

modelo de perfeição cristã, antagônico aos pecados da cidade terrena. Eram, pois, cidades baseadas na pobreza e na devoção, embora organizadas e autossuficientes economicamente. No entanto, esta pobreza pode ser considerada relativa, pois as missões eram bem organizadas e até refinadas, tendo condições de subsistência melhores que muitas vilas espanholas ou portuguesas. Nas missões, ocorreu a introdução do gado bovino, suíno, caprino e ovino, e de lavouras coletivas de algodão, trigo, mandioca e milho. Havia também fabricação de vinho, queijos e farinhas, fiação de algodão e lã e colheita de erva-mate, uma espécie nativa do sul do Brasil e importante no cotidiano indígena.

O fato é que a liderança, a autonomia e a ideologia não necessariamente dominadora dos jesuítas em relação aos indígenas, incomodavam portugueses e espanhóis. Uma república teocrática guarani estaria em gestação, com a administração compartilhada entre índios e religiosos, como sugere Martins (1995)? Ou seria apenas uma experiência de povoação destinada fatalmente a perecer no meio das febres intermitentes comuns às áreas remotas?

Estas perguntas ficarão sem resposta, mas Pádua (2002) entende que a igreja, no contexto ibero-americano, tinha um olhar próprio sobre as novas terras e populações conquistadas. Embora estivesse em aliança com os estados nacionais e agentes econômicos privados, necessitava construir sociedades estáveis, um objetivo que se chocava com a ênfase imediatista dos conquistadores dada à exploração econômico-ecológica e social dos povos e das terras conquistadas.

De qualquer modo, Dean (1997) sugere que as atividades dos jesuítas não eram assim tão inofensivas. Eles combatiam os cultos indígenas que exaltavam virtudes de virilidade e bravura e afirmavam a separação entre o

divino e o natural, aviltando os espíritos da floresta, que caracterizavam indiscriminadamente como diabos, uma metáfora conveniente para a conquista de um ecossistema que compreendiam mal. É um fato também que os jesuítas introduziram vários tipos de gado, que mudariam radicalmente a base alimentar, social e econômica dos indígenas e que promoveram, em paralelo, grande controle ambiental em praticamente toda a extensão do Pampa, que eventualmente estaria, naquele momento, em processo de evolução para florestas, como vimos na descrição deste ambiente natural.

A experiência jesuítica foi interrompida porque um acordo de limites entre Portugal e Espanha, em 1750 (Tratado de Madrid), entregou a Colônia Sacramento e o Rio da Prata aos espanhóis, em troca da região missioneira que passou a ser de Portugal.

Para Chmyz (2001), de qualquer modo, a fugaz e palpitante história das missões foi esquecida ou passou a alimentar o imaginário da população sobre cidades perdidas repletas de inimagináveis riquezas escondidas pelos jesuítas no momento da fuga. O patrimônio arqueológico destas reduções, que sugere grande riqueza e refinamento, está quase todo destruído nos dias de hoje (FIGURA 6).

Após a destruição das reduções jesuíticas, o gado espalhou-se solto pelos campos e, sem predadores, aumentou prodigiosamente, sendo caçado ou capturado por aventureiros portugueses ou espanhóis, indiferentes às leis e limites, então mutáveis, e pelos indígenas remanescentes, que se tornaram exímios cavaleiros (ALBORNOZ, 2000). Esta atividade formou uma base cultural comum para o que depois seria chamado de “gaúcho dos Pampas”. Assim, foi a paisagem natural dos Pampas associada à história que forneceu a base para a cultura e a identidade locais e para a constituição

FIGURA 6: Ruínas das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul



Foto: Miriam Martins Chaudon.

de um sentimento de “*patria gaucha*” que ultrapassa os limites políticos convencionais, ligando os povos que habitam esta paisagem do sul brasileiro aos *hermanos* pampeanos do Uruguai e da Argentina (STUMPF et al., 2009).

Com isto, a Colônia Sacramento manteve o caráter de porto exportador de couro, sebo e outros produtos provenientes da exploração do gado sem dono da fronteira. Assim, o comércio naturalmente adquiria um caráter de contrabando e de reação contra o poder centralizado, estivesse ele em Madri, Lisboa, Rio de Janeiro ou Buenos Aires, além de tolerado como compensação social pelas escassas opções de trabalho e de consumo na fronteira.

Entretanto, sentindo a falta de regras desta fronteira, a Coroa Portuguesa procurou promover a ocupação espacial da metade sul do Rio Grande do Sul, com a distribuição de grandes sesmarias, visando garantir o domínio territorial. Estes ocupantes eram militares leais à Coroa e representaram uma nova casta na região, organizando exércitos particulares e estabelecendo a pecuária extensiva como atividade rural a partir do antigo rebanho dos jesuitas já adaptado ao ambiente e capturado após a destruição das missões. Para Mattos (2013), a baixa demanda por mão-de-obra e a facilidade de incorporar novas terras favoreceram a criação de bovinos e ovinos, que se tornou um fator cultural para inibir a agricultura.

No lado brasileiro da fronteira, o gado serviu para abastecer a região das Minas Gerais, então em plena efervescência. A necessidade de gado e mulas proporcionou a organização de núcleos de “junção de animais” na metade sul do Rio Grande do Sul, onde se reunia o gado a ser negociado com comerciantes paulistas. Destes centros originaram-se estâncias de criação de gado (MATTOS, 2013).

No final do século XVIII e início do século XIX, os governos da Espanha e Portugal e depois do Brasil, Argentina e Uruguai transformaram a região do Prata em palco de violentas disputas militares. No Uruguai, cidades foram criadas em cordão (Chuy, Artigas, Rivera, Aceguá,

Melo, Rio Branco), como uma tentativa de conter o expansionismo que vinha do lado brasileiro, até então sutil, feito à custa da ampliação das estâncias de brasileiros sobre o país vizinho, ou através de expedições militares. Da mesma forma, como reação, acampamentos e fortificações militares transformaram-se em um cordão de cidades também do lado brasileiro (D. Pedrito, Bagé, Alegrete, Quaraí, Santana do Livramento, Uruguaiana, Jaguarão e Chuí), onde os oficiais que guarneciam as fronteiras levantaram moradias, galpões e capelas, constituindo núcleos fixos de colonização.

As convulsões políticas geradas pela invasão napoleônica na Espanha e Portugal fizeram com que, em 1808, a Coroa portuguesa se transferisse para o Brasil, acirrando as disputas com o Reino Espanhol na América, então em mãos francesas. Com isto, Portugal invadiu o território uruguaio. Ao mesmo tempo, em 1810, argentinos do interior, portenhos e uruguaios buscaram a independência, mas geraram instabilidade política, pois Buenos Aires queria manter privilégios de porto principal, instigando a revolta entre os uruguaios que, por sua vez, tiveram seu território invadido por tropas portuguesas.

Cidades uruguaias e brasileiras enfrentaram, durante este período, diversas guerras e revoluções, como a Guerra Cisplatina, a Revolução Farroupilha, a guerra contra Rosas – presidente argentino, que pretendia anexar o Uruguai a Argentina – e a Revolução Federalista, já no início do período republicano no Brasil. A região era tão instável que, em 1865, por exemplo, desentendimentos em relação à navegação e ao uso de portos uruguaios serviram de estopim para a Guerra do Paraguai.

Porém, alheios às políticas e premissas governamentais flutuantes dos distantes centros decisórios, os

moradores destas cidades fronteiriças buscaram a continuidade e a união dos sítios urbanos por complementaridade, necessidades e interesses pessoais ou familiares. A fronteira aberta, sem grandes rios, ou montanhas, a pradaria, ampla dos dois lados, a exploração comum da terra em latifúndios, com pecuária extensiva, facilitaram o intercâmbio. A língua mesclou-se em um novo dialeto, um “portunhol” particular, gerando uma mentalidade de interrelações binacionais que se mantém.

4.2 A fronteira Brasil-Uruguai na “era da industrialização”

No final do século XIX, a fronteira entre os dois países estava isolada, pois era sinônimo de problemas. As cidades eram distantes e esquecidas de suas capitais e dos centros de decisão (Montevidéu e Porto Alegre). Este isolamento foi bruscamente interrompido em 1892, com a chegada do trem ao norte uruguaio, momento em que as cidades brasileiras passariam novamente à área de influência de Montevidéu e Buenos Aires. Estas adquiriam ares de metrópoles cosmopolitas pelo intenso fluxo migratório europeu, que iria se refletir também na fronteira com o Brasil. A população de algumas cidades uruguaias, naquele momento, superou a população brasileira desta região (ALBORNOZ, 2000).

Esta oscilação na área de influência nacional fazia com que a fronteira Brasil-Uruguai mantivesse sua vocação de comércio (ou contrabando), com produtos do Rio Grande indo para o porto de Montevidéu, de onde vinham produtos importados, inclusive armas, durante os períodos belicosos, quando o restante do Brasil estava fechado ao comércio com o sul, como se noticiava na época:

A Agencia Americana forneceu hontem, aos jornaes o seguinte telegramma: correm insistentes boatos de que se prepara um movimento revolucionário no Rio Grande. Diz-se que autoridades uruguayas e argentinas da fronteira já foram avisadas de que se fez ali grandes compras de armamentos (BOHUSCH, 2015a, p 13).

De qualquer modo, tratava-se de uma via de mão dupla, pois, conforme material também disponível nestes jornais, do mesmo modo ia apoio para revoltosos uruguaiois nos momentos de crise naquele país.

Em 1909, finalmente, os cerca de 1.069 km de limites entre Brasil e Uruguai começaram a ser demarcados (FIGURA 7), com base no princípio do “*uti possidetis ita possideatis*” (assim como possuíis, continuareis a possuir), do Direito romano. Segundo este princípio, o território pertenceria a quem o ocupasse, respeitando-se o *status quo* adquirido.

FIGURA 7: Um dos Marcos da fronteira entre Brasil e Uruguai



Foto: Miriam Martins Chaudon.

Porém, independente da implantação destes marcos sólidos no terreno, o caráter fluído da fronteira refletia-se ainda na economia. A indústria de salgamento, as charqueadas geraram um melhor aproveitamento da carne, o que deu nova dinâmica à atividade pecuária da região, pois os rebanhos, até então, só eram comercializados para consumo de carne fresca, retirada do couro ou transporte de cargas.

Consolidando a tendência binacional do empreendedorismo local, as primeiras indústrias de produção do charque foram, sintomaticamente, criadas por uruguaios em cidades brasileiras, pois não havia mentalidade industrial no lado brasileiro. Ao mesmo tempo, os investidores podiam contar com isenção de impostos, relações comerciais e trabalhistas menos formais e facilidades para absorver o grande rebanho existente na fronteira sul do Brasil. A nova demanda estimulou a ampliação dos rebanhos e nas cidades foram construídos alguns dos maiores centros de abate do Rio Grande do Sul (ALBORNOZ, 2000), conforme também se noticiava:

Um grupo de capitalistas do Livramento, tendo à frente o sr. Pedro Irigoyen, resolveu fundar, naquela cidade, um grande frigorífico com o capital de dois mil contos. A *Ferro Carril Central del Uruguay* foi consultada sobre a facilidade de vagões frigoríficos em Rivera para receber os productos destinados à exportação para a Europa (BOHUSCH, 2015b, p. 13).

O trem só chegaria ao lado brasileiro no início do século XX. Com isto, em 1912, a cidade de Santana do Livramento passou a abrigar a primeira estação de trem do Brasil com tráfego internacional, com os trens ligando Rio de Janeiro e São Paulo a Montevideu e Buenos Aires.

Assim, nesta época, pela demanda gerada pela Primeira Guerra Mundial, a região passou a fornecer carne para o

mundo (ALBORNOZ, 2000), com a instalação de grandes frigoríficos e lanifícios com capital uruguaio, inglês ou norte americano. Esta súbita riqueza trouxe certa sofisticação à região, fazendo com que surgissem uma elite e uma classe média ligadas a estes empreendimentos e despontassem novas organizações sociais, como clubes sociais e equipes de futebol. Os frigoríficos absorveram os rebanhos de gado de vários municípios brasileiros e uruguaios, além de mudarem, em definitivo, o desenho urbano das cidades, pela criação de novos bairros (FIGURA 8) e áreas industriais. Por outro lado, geraram um impacto ambiental amplo e duradouro nos rios da região. No campo ainda prevalecia a pobreza rural e iniciava-se um impacto ambiental que seria duradouro sobre as pastagens, que começaram a apresentar problemas de erosão.

FIGURA 8: Bairro Armour, ligado ao frigorífico do mesmo nome, em Santana do Livramento (RS)



Foto: Miriam Martins Chaudon.

Em 1937, o capital estrangeiro fez com que as cidades fronteiriças brasileiras abrigassem dezenas de indústrias, com milhares de operários no setor secundário, ampliando sua participação na produção industrial e na arrecadação no Rio Grande do Sul. As cidades vizinhas rapidamente tornaram-se importantes aglomerados urbanos para a época. A cidade de Santana do Livramento, por exemplo, esteve entre os dez municípios de maior arrecadação no estado em 1939, sendo a quinta em população deste estado e, considerando-se a conurbação com a cidade uruguaia de Rivera, um dos maiores aglomerados urbanos da época. Neste período, no PIB total do estado, a participação deste município representava 2,13% (em 1990 a participação no PIB total do estado havia caído para 0,66%). Porém, a dependência, da cidade, do capital estrangeiro era tão grande que a prefeitura municipal desta cidade tomou emprestados 160 mil dólares de um dos frigoríficos para despesas com calçamento asfáltico, gerando uma perda moral do poder local frente à empresa multinacional que controlava o empreendimento (ALBORNOZ, 2000).

A Segunda Guerra Mundial foi o momento em que o mercado da carne enlatada chegou ao auge. Porém, após o fim desta guerra este mercado bruscamente cessou. A economia foi fenecendo, por razões como o isolamento (distância de outros centros econômicos expressivos), a visão centralista (na política, na indústria, no comércio, na organização territorial) e a opção econômica voltada para a agropecuária e o comércio, sem ênfase no desenvolvimento de novas indústrias ou tecnologias que realizariam o papel de "ponte" entre as atividades. Alguns dos frigoríficos com capital estrangeiro foram dizimados pela obsolescência tecnológica e pela retração do mercado. O trem internacional acabou sendo desativado (FIGURA 9). Surgiram bairros "fantasmas" e vazios urbanos no lado brasileiro da fronteira.

FIGURA 9: Estação de trem abandonada na linha ferroviária Livramento-Porto Alegre



Foto: Miriam Martins Chaudon.

O Uruguai, por outro lado, adaptou-se melhor à nova situação. Tratava-se de um país menor, que vivia naquele momento em uma democracia estável, com um sistema social complexo e novos investimentos e que pôde propiciar maior qualidade de vida à população, incluindo um proveitoso debate intelectual. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a ser sentidos, de forma mais sensível no Uruguai, tanto os ventos favoráveis em relação à defesa dos ideais democráticos quanto a excepcional conjuntura do país, que entrava em um período de abundância de recursos econômicos, conhecido, posteriormente, como “decênio glorioso” (1945-1955). Nesse período, o país ficou

conhecido como a “Suíça Americana”. Entre 1942 e 1973, o Uruguai exercitou um importante período democrático, ao retomar os principais elementos do debate político edificado ao longo das três primeiras décadas do século XX, que havia sofrido interrupção durante governos ditatoriais que ocorreram entre 1933 e 1942 naquele país. Convergindo com a ascensão dos movimentos em prol da democracia, ocorreu uma diversificação dos espaços culturais e intelectuais, devido aos investimentos realizados pelo executivo (REIS, 2008).

4.3 A fronteira Brasil-Uruguai na “era da globalização”

No lado brasileiro da fronteira, políticas de crédito farto e barato para a agropecuária de exportação impediram a bancarrota total de quem ainda se dedicava a esta atividade, sendo mantidas até a segunda metade dos anos 1970, quando as dificuldades econômicas desta região, combinadas com dificuldades em atualização tecnológica, tornaram-se mais explícitas. O fato é que a participação desta região no PIB do estado do Rio Grande do Sul foi caindo durante seis décadas. O setor só não ficou em situação mais decadente em razão do bom desempenho da lavoura orizícola, que foi modernizada e possui linhas de financiamento, embora seja um setor dependente das flutuações internacionais.

Segundo o INCRA/MDA (2006), o zoneamento agrícola do estado do Rio Grande do Sul apontou grande diversidade de culturas preferenciais para a região, tais como: arroz irrigado, trigo, sorgo, forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio etc), videira americana, citros (limões e bergamota) e pessegueiro. Para o cultivo da soja, a área é classificada como tolerável. Entretanto, o déficit hídrico mostra-se um empecilho para culturas de verão que

necessitem quantidades razoáveis de água entre os meses de novembro e janeiro.

O conservadorismo econômico, conforme Boldrini (1997), faz com que a criação extensiva de ovinos e bovinos siga sendo a atividade predominante na região, o que, eventualmente, cria um problema para a sustentabilidade desta atividade. Do ponto de vista ambiental, o excesso de pastejo utilizado em muitas propriedades pode provocar uma redução gradativa da cobertura vegetal até seu desaparecimento, reduzindo consideravelmente a diversidade da vegetação. Devido à redução ou eliminação de espécies de bom valor nutritivo, estas são substituídas por outras de menor valor ou invasoras. Com a destruição da comunidade vegetal, ocorre a degradação do solo, através de sua compactação, redução da capacidade de infiltração da água e aumento do escoamento superficial, provocando a erosão e tornando inviável a utilização destas áreas para outras atividades econômicas.

Por outro lado, o cultivo de arroz e soja representam a mais recente fonte de impactos sobre a vegetação nativa do bioma Pampa. O arroz, por ocupar as áreas de várzea, é uma importante causa de diminuição dos campos úmidos e poluição de corpos d'água. A soja, cuja introdução na região é mais recente, vem alterando a paisagem de modo significativo, especialmente na supressão dos campos secos.

Recentemente, inspirado em experiências bem sucedidas de empreendedores uruguaios, alguns projetos vêm se estabelecendo na região para a introdução da cadeia completa das indústrias vinífera e de produção do azeite de oliva. No caso da produção do vinho, as condições ambientais são superiores às encontradas na região mais tradicional da Serra Gaúcha. Em ambos os casos, trata-se de atividades ainda em consolidação e relativamente menos impactantes, mas sujeitas às flutuações dos objetivos empresariais.

Com isto, conforme o IPEA (2000), de modo geral, o setor industrial no lado brasileiro da fronteira apresenta resultados ruins, pois esteve sempre centrado em ramos tradicionais da base agropecuária. Assim, o gênero dominante no cenário da indústria regional tornou-se o de produtos alimentares.

Outra atividade cujo impacto ainda não é totalmente conhecido é a implantação de grandes parques para aproveitamento da energia eólica na zona rural, ocupando áreas de alguns milhares de hectares e que vem exigindo a construção de algumas dezenas de quilômetros de estradas novas, linhas de transmissão e instalação de algumas dezenas de equipamentos, tanto no lado brasileiro como no uruguaio e implantando instalações futuristas em meio à bucólica paisagem local (FIGURA 10).

Este parque eólico, de acordo com Baltz (2012), tem potencial para abastecer de 500 mil a 3,2 milhões de pessoas (a população uruguaia), já sendo um dos maiores do mundo, porém será uma energia a ser exportada para fora da sua região de produção, ou seja, para os grandes centros consumidores brasileiros no sul e sudeste do país. A implantação destes parques eólicos também no Uruguai fez com que a “fronteira energética” brasileira ingressasse algumas dezenas de quilômetros pelo país vizinho, tornando-o mais dependente do desempenho da economia brasileira.

Assim como aconteceu no lado brasileiro da fronteira, muitos municípios dos departamentos do norte uruguaio (administrativamente equivalentes aos estados brasileiros), também foram afetados pela recessão após os anos 1970.

No meio rural este processo acabou por tornar as terras baratas para novos investimentos estrangeiros. O plantio com espécies florestais exóticas ao bioma Pampa surgiu como alternativa para a fuga da estagnação, expandindo-se,

FIGURA 10: Geradores eólicos na fronteira Brasil-Uruguaí



Foto: Miriam Martins Chaudon.

nas últimas décadas, a partir da criação, em 1987, de um marco legal e subsídios governamentais.

O primeiro resultado do marco legal florestal uruguaio foi um incremento na implantação de plantios sob

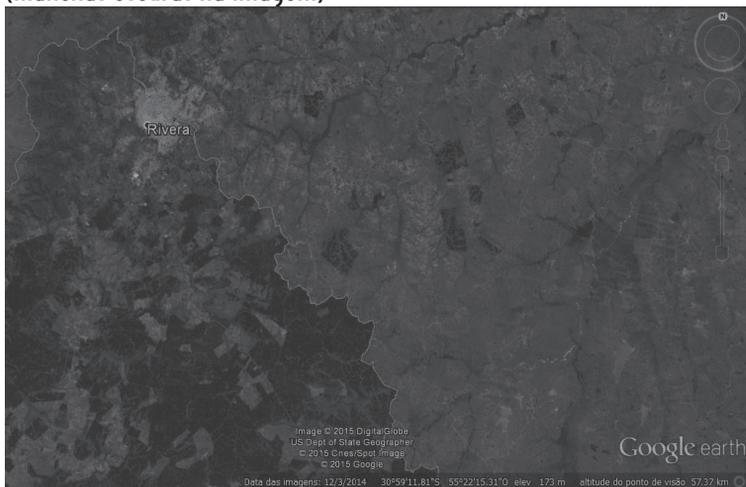
regime subsidiado. Antes desta lei, a superfície das plantações florestais era de 46 mil hectares, alcançando, em 2010, 885 mil hectares. Atualmente, 31% dos plantios de pinus (de origem norte-americana) e eucalipto (originário da Austrália) do Uruguai estão na fronteira com o Brasil, ocupando 228 mil hectares (SPF, 2013). Esta expansão explica-se pelo fato de o setor florestal ser financeiramente mais estável e usar procedimentos mais modernos do ponto de vista ambiental e das relações de trabalho do que o agropecuário.

Por outro lado, esta concentração florestal gera uma notável alteração ecossistêmica e sugere uma barreira aos fluxos naturais no bioma Pampa na região, conforme pode ser observado na figura a seguir, além de promover impactos apresentados em estudos de pesquisadores, como é o caso da associação destes plantios à produção industrial de celulose para exportação, quando o impacto ambiental amplia-se consideravelmente. No Uruguai, a produção de celulose chegou a gerar um rumoroso problema internacional, na região fronteira com a Argentina, envolvendo empresas da Espanha e da Finlândia (GIARRACA; PETZ, 2007).

No caso das cidades fronteiriças brasileiras, os fracos desempenhos da agropecuária e da indústria levaram ao êxodo urbano, com o esvaziamento dessas cidades, que apresentam, hoje, estruturas industriais obsoletas junto a bairros inacabados.

O socorro a esta região vem acontecendo por conta de investimentos dos governos federal brasileiro e nacional uruguaio, na forma da instalação de cursos técnicos, *campi* universitários e hospitais, o que gera uma certa compensação em relação ao setor terciário, com estímulo ao comércio e aos serviços. Estes serviços acabam atendendo à demanda de assentamentos e núcleos urbanos menores, tanto no Brasil como no Uruguai, que utilizam as conexões entre as rotas

FIGURA 11: Imagem orbital de trecho da fronteira entre Brasil e Uruguai, com concentração de reflorestamentos no lado uruguaio (manchas escuras na imagem)



Fonte: Google Earth, 2012.

de transporte do Mercosul – as BRs brasileiras e as *Rutas* uruguaias. Por outro lado, a dependência do setor terciário faz com que estas cidades sofram o impacto do processo de urbanização-integração-globalização, como é o caso, já citado, da energia eólica ou da legislação uruguaia dos cassinos e *free shops*.

Muitas das cidades fronteiriças uruguaias oferecem, aos turistas, fervilhantes cassinos (FIGURA 12) e uma versão moderna do tradicional contrabando binacional na forma de *free shops*, onde são oferecidos produtos importados de boa qualidade por preços menores do que no Brasil, mas que variam conforme as flutuações do dólar norte americano. Assim, se por um lado as cidades uruguaias oferecem opções inéditas aos turistas brasileiros, por outro, passam à área de influência de Porto Alegre e das cidades do interior gaúcho.

FIGURA 12: Cassino legalizado no lado uruguaio da fronteira



Foto: Miriam Martins Chaudon.

Enquanto as cidades uruguaias se tornam dependentes dos turistas brasileiros, o comércio das cidades brasileiras fronteiriças sofre com a concorrência. Nesta situação, segundo o IPEA (2000), somente alguns segmentos da economia, no Brasil, têm se beneficiado, como os supermercados que vendem produtos mais populares, a hotelaria ou a gastronomia, por exemplo. Do mesmo modo, a população menos preparada e o comércio tradicional das cidades uruguaias pouco se beneficiam. Assim, parte da população destas cidades está desempregada, gerando um comércio informal nas ruas. Com isto, são menos fortes os sinais formais, aduaneiros, policiais e fiscais que marcam as soberanias nacionais, o que, por outro lado, contribui para uma convivência com menores conflitos.

À parte esta aparência superficial de sofisticação proporcionada pelo comércio livre fronteiriço, é possível

produzir sínteses mais consistentes sobre esta região binacional a partir das análises estatísticas dos dois lados da fronteira.

Com base nas características da população levantadas pelos censos no Brasil, foi elaborado um índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M). Este índice leva em consideração três variáveis principais: renda, longevidade e instrução, com valores que oscilam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, tanto melhores são as condições de vida da população. Neste sentido, em 1991, a média dos municípios do Rio Grande do Sul era de 0,75, sendo que municípios da fronteira, como Santana do Livramento, haviam atingido índice inferior à média (0,73). Em 2000, mesmo com a melhoria nas condições de vida no estado (com IDH-M de 0,823), a região da fronteira continuava com valores abaixo desta média (0,803 em Santana do Livramento, 0,78 em São Gabriel, e 0,77 em Rosário do Sul).

Além dos IDHs dos municípios gaúchos fronteiriços situarem-se entre os menores do estado, o IPEA (2000) considerou esta uma das regiões do Rio Grande do Sul onde os índices de incidência de pobreza são maiores, sendo também uma das mais estagnadas economicamente. Neste sentido, o êxodo urbano no lado brasileiro ocorre de forma mais significativa nesta região.

Da mesma forma, consultando-se dados do Instituto Nacional de Estatística uruguaio (INE, 2012), percebe-se que o lado uruguaio apresenta decréscimo populacional gradativo, mas, ao mesmo tempo, concentração urbana.

Segundo Mazzei e Souza (2013), o IDH dos departamentos uruguaio de fronteira está também entre os menores índices daquele país, caracterizando uma região de generalizada depressão de suas capacidades de desenvolvimento. O

caso de Rivera é exemplar, pois é o departamento que apresenta o segundo menor IDH do Uruguai (0,71), sendo a média nacional de 0,765.

Com isto, séculos após a ocupação, a fronteira do Brasil com o Uruguai continua sendo problemática, apresentando, nos dois países, uma rede urbana com médias e pequenas cidades geograficamente equidistantes, não configurando nenhuma centralidade notável ou uma verdadeira rede regional. A localização de centros urbanos ao longo da fronteira sugere a estratégia de criar assentamentos humanos sem grandes estruturas ou relevância, apenas para assegurar a guarda do território, em épocas em que não havia segurança com relação aos limites já demarcados.

Entre as curiosidades da região está a denominação das cidades, que pode ser igual, caso de Chuí (BR) e Chuy (UR), ou de Aceguá (BR) e Aceguá (UR). Estas cidades pares podem ser separadas por pontes, como Quaraí (BR) e Artigas (UR), ou sequer ter uma separação. Isto acontece em Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, que acabaram virando um curioso aglomerado urbano bilíngue desta fronteira, pois não possuem barreiras no tecido urbano da fronteira seca, como se vê a seguir.

Tanto no lado brasileiro como no uruguaio, a fronteira é uma região estagnada, onde os índices de incidência de pobreza são maiores, sofrendo uma crise estrutural semissecular, pela pouca capacidade de se inserir nos ciclos expansivos das respectivas economias nacionais, pela pouca capacidade de diversificar a base produtiva, geralmente voltada para o exterior (gado, arroz, reflorestamento, ou mesmo energia), pela restrita capacidade de integração binacional e pelos efeitos de crises mundiais, sendo esta região um produto histórico da sociedade pastoril que a construiu a partir da estrutura agrária de grandes latifúndios.

FIGURA 13: Praça internacional situada na linha da divisa entre Brasil e Uruguai



Foto: Miriam Martins Chaudon.

A crise é mais visível do lado brasileiro, mas, via de regra, a região fronteira pode ser caracterizada por possuir uma generalizada diminuição de sua capacidade de desenvolvimento, gerando abandono e degradação em parte dos seus centros urbanos, comumente com estruturas obsoletas.

Como hoje a estratégia defensiva desta fronteira já está ultrapassada, a depressão econômica da região, com suas raízes na história, representa um dos principais desafios para o planejamento territorial. Em particular porque, como é possível deduzir a partir da avaliação do ambiente natural contínuo na região da história comum e da reação frente aos processos globais da economia, a região entre Brasil e Uruguai, ainda que com sistemas jurídicos diferentes e disparidades econômicas, é muito mais uma fronteira do que um limite entre dois países, induzindo processos formais e informais de integração, dependência mútua entre parcelas dos dois países, ou, por outro lado, a geração de novos conflitos.

5 FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI, TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS

Neste capítulo serão analisados alguns documentos de acordos binacionais ou internacionais que pretenderam criar um espaço econômico, social e ambiental integrado, ou que, por outro lado, tiveram a intenção de criar barreiras ou limites à integração das fronteiras, em particular entre Brasil e Uruguai.

5.1 O Estatuto da Fronteira e outros acordos entre Brasil e Uruguai

Em 1933, a fronteira entre Brasil e Uruguai, que vinha sendo demarcada desde 1909, já exibia uma situação com peculiaridades que lembravam mais situações comuns a vizinhos de rua do que de uma divisa internacional, a ponto de os chefes dos governos dos dois países tentarem, através da assinatura de um convênio, fixar um estatuto jurídico para regular suas fronteiras (BRASIL, 1937).

Embora o discurso fosse favorecer, o quanto possível, as boas relações de vizinhança entre os dois países, o documento já refletia o desconforto que esta vizinhança por demais próxima causava, ao afirmar que o desejo do estatuto era o de “evitar quaisquer causas de desinteligência na fronteira comum”.

Com isto, o estatuto tentava regulamentar assuntos corriqueiros, como o direito de pesca nos rios e lagoas da fronteira, ou a quem cabia conservar estradas de rodagem e caminhos que atravessavam ou acompanhavam a fronteira comum. Ao mesmo tempo, tentava impedir a construção de novas estradas e meios de passagem espontâneos, por parte dos fazendeiros da região, se não mediante acordo entre as autoridades dos dois países.

O estatuto entrava em minúcias, como definir o uso e a regulamentação de uma chapa internacional para os automóveis e de uma carteira internacional de automobilista, algo que, na prática, não aconteceu, levando à adoção das chapas dos dois países em um mesmo automóvel, quando, por exemplo, condutores dos dois países usavam o mesmo veículo. Como herança deste período, ficou a expressão “*doble chapa*”, ainda usada na região e que define os casais onde um dos cônjuges é brasileiro e o outro uruguaio.

Tentando contornar a situação dos *doble chapas* na vida real, que muitas vezes tinham propriedades no Brasil e no Uruguai, o estatuto também tentava definir um corredor internacional entre os dois países, com 22 metros de largura de cada lado, sendo que os proprietários deveriam levantar aramados em frente às respectivas propriedades para demarcar a divisa. Neste corredor de 44 metros, também não poderia ser elevada nenhuma construção. Nas áreas urbanas a situação não seria melhor com este estatuto. Não seriam permitidas novas construções ou reconstruções a menos de dez metros da linha divisória, o que, na prática, tentava fazer com que as cidades fronteiriças não se aproximassem, ou seja, ficassem de costas, umas para as outras.

O estatuto tampouco resolveu a melindrosa situação dos agentes de segurança de ambos os países, que não poderiam entrar no país vizinho para prender cidadãos evadidos ou que tinham que atender a situações imponderáveis envolvendo fronteiriços do país vizinho. Quando muito, recomendava-se que os ditos agentes deveriam proceder, tanto quanto possível, de acordo com as autoridades do país vizinho ou prestarem-se auxílios mútuos.

Para tentar minimizar o desconforto que o Estatuto da Fronteira gerou, Brasil e Uruguai celebraram, também nesta época, um convênio para o fomento do turismo, com

o intuito de suprimir impostos ou taxas para os turistas procedentes dos seus países, algo que não chegou a acontecer completamente até hoje. Também previam-se facilidades na apresentação de documentos para circulação de turistas e de suas bagagens, incluindo aqueles que transitassem de aviões e dirigíveis.

Outros convênios deste período tinham valor simbólico, como um relativo a exposições de amostra e venda de produtos nacionais nos respectivos países, ou outro visando aumentar o parco conhecimento recíproco entre as duas nações, ou, no dizer da época, “no desejo que as anima de um maior aperfeiçoamento na informação a respeito de suas atividades a fim de melhor se conhecerem seus povos” (Brasil, 1937), o que aconteceria com a criação, em bibliotecas brasileiras, de uma seção dedicada ao Uruguai e, em bibliotecas uruguaias, de uma seção dedicada ao Brasil.

Outro meio altamente simbólico para tentar aperfeiçoar as relações entre os dois países seria usando a produção artística, a partir de uma “exposição brasileira”, que seria organizada em Montevideu e, da, mesma forma, uma “exposição uruguiaia”, que ocorreria no Rio de Janeiro, onde, “pelo conhecimento de seus artistas, melhor poderão os seus povos avaliar a força de idealismo que os anima e julgar do adiantamento (sic) que já atingiram no campo das artes” (BRASIL, 1937).

Apesar do simbolismo, no que diz respeito aos aspectos que afetavam a vida dos cidadãos fronteiriços, no lugar da integração, permanecia, nestes convênios, o paradigma da “fronteira da separação”, no qual a fronteira representa o “fim do país”. Segundo Pucci (2010), este Estatuto Jurídico da Fronteira não só seguiu vigente, como continuou produzindo efeitos. Em 2002, Jorge Batlle, então presidente do Uruguai, fixou prazo de 10 dias para a remoção de postos

de vendas (informais) no lado da faixa internacional situada nas cidades deste país, ainda que as próprias administrações municipais cobrassem taxas e reconhecessem este tipo de comércio que, ainda assim, segue até hoje.

Nem sempre as tratativas entre os dois países visaram ao benefício da população. No período autoritário vivido no Brasil e no Uruguai entre as décadas de 1960 e 1980, ambos os países mantiveram um esquema repressor em comum, chamado de “Operação Condor”, cujo objetivo era eliminar os adversários de seus regimes. Na visão dos militares, no entanto, o Uruguai, como um todo, continuava sendo meramente uma “grande fronteira” entre os dois maiores países da região, Argentina e Brasil (COUTO E SILVA, 1967).

Com a volta da democracia ao Brasil e Uruguai, surgiram iniciativas para promover a integração entre os dois países, que, na prática, representaram atuações na faixa de fronteira. A faixa de fronteira resulta de um processo histórico que teve como base a preocupação do estado com a garantia da soberania territorial desde os tempos da Colônia. A principal legislação em vigor sobre a faixa de fronteira foi promulgada em 1979, mas o espaço territorial de segurança paralelo à linha de fronteira, existe desde o Segundo Império. Segundo a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), sob o governo de Dom Pedro II, a largura estabelecida para esta faixa foi de dez léguas ou 66 quilômetros. Desde então, a extensão da faixa de fronteira foi sendo alterada, primeiramente para 100 e nos anos trinta para 150 quilômetros, permanecendo até hoje. A Constituição de 1988 avalizou essa disposição que manteve o ideal focado na defesa territorial. A Lei nº 6.634, de 1979, ainda persiste como a referência jurídica sobre a faixa de fronteira, que corresponde a aproximadamente 27% do território nacional, com 15.719 km

de extensão. Abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros, e lindeia 10 países da América do Sul.

Assim, a Lei nº 6.634, de 1979, já havia instituído uma “faixa de fronteira fundamental para defesa do território nacional”. Esta faixa envolvia restrições severas ao direito de propriedade fixadas por diplomas legais, que determinavam não ser possível a concessão de terras naquela faixa sem prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional. Esta faixa de 150 km foi mantida na Constituição de 1988, uma medida que, por exemplo, seria inviável instituir no Uruguai, um estado, historicamente, “de fronteira” com Brasil e a Argentina.

Do ponto de vista prático, isto representou o surgimento de ações governamentais que procuram atender aos municípios existentes nesta faixa, através de vários programas criados pelo Brasil, como: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, coordenado pelos ministérios da Integração Nacional e das Relações Exteriores; o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, também do Ministério da Integração Nacional; o Programa Capes-UDELAR, que estimula projetos conjuntos de pesquisa; assim como o Programa de Fronteiras, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Uruguai.

Além destes programas, Pucci (2010) comenta que a institucionalidade fronteiriça entre Brasil e Uruguai vem sendo formada através de um grande número de grupos de trabalho, comissões, mecanismos de consulta, agendas em comum, reuniões consulares, conferências, comitês de fronteira, que versa sobre os mais diversos temas: demarcação de limites, serviços de saúde, educação, residência e trabalho na fronteira, cooperação policial e judicial, meio ambiente, saneamento, trânsito, entre outros.

Na prática, atualmente, estes programas e instituições procuram reforçar aquele que é o principal tratado que envolve os países da região, o Mercosul.

5.2 O Mercosul

Como vimos na história desta região de fronteira, apesar da antiga relação econômica do Brasil com o Uruguai — geralmente baseada no comércio espontâneo entre seus cidadãos, tanto formal como de contrabando, e que remonta a antes do surgimento das duas nações independentes — um tratado de comércio mais amplo, recíproco e de esforço comum, visando criar condições equivalentes e leis de comércio para promover integração, só foi possível quando criado e implementado o Mercosul, na metade dos anos 1990 (SENADO FEDERAL, 2005).

Na verdade, o Mercosul veio com atraso; surgiu da constatação de que estava acontecendo a consolidação de grandes espaços econômicos em blocos na América do Norte, Ásia e Europa e que, por este motivo, era importante tentar lograr uma adequada inserção internacional para os países da América do Sul, caso contrário, se transformariam em meros espectadores do crescimento internacional.

Este processo de integração constituiu uma tentativa de dar uma resposta adequada a tais acontecimentos. O objetivo, bem intencionado, era ampliar as dimensões dos mercados nacionais de antigos contendores, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, pela integração, condição considerada fundamental para acelerar os processos de desenvolvimento econômico, destes países, com justiça social.

Os países que assinaram o Tratado entendiam que esse objetivo deveria ser alcançado mediante o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas

macroeconômicas e pela complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, além do aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis e da preservação ambiental.

Apesar do discurso ambiental, reflexo da conferência internacional ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, dos dez subgrupos criados para coordenar as políticas macroeconômicas e setoriais do Mercosul, os temas que estavam listados eram voltados para assuntos comerciais e aduaneiros, normas técnicas, políticas fiscal e monetária relacionadas com o comércio, transporte terrestre e marítimo, política industrial, tecnológica, agrícola e energética, além de um subgrupo de coordenação de políticas macroeconômicas. Trata-se, portanto, de um tratado comercial, não havendo nenhum grupo voltado para questões ambientais associadas.

Pelo tratado do Mercosul, em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um estado deveriam receber, nos outros estados, o mesmo tratamento que se aplica ao produto nacional. Por outro lado, os países deveriam assegurar condições equivalentes de comércio entre si, coordenando suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial. Haveria também o compromisso, destes países, em harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração. Além disso, deveriam aplicar suas legislações nacionais sobre importações, cujos preços estivessem influenciados por subsídios, ou qualquer outra prática desleal, como o *dumping*, prática comercial que consiste em empresas de um país venderem seus produtos, mercadorias ou serviços por preços extraordinariamente abaixo de seu valor justo para outro, por um tempo, visando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local, passando, então, a dominar o mercado

e impondo preços altos. É um termo usado em comércio internacional e é reprimido pelos governos nacionais, quando comprovado.

O Mercosul é um tratado amplo e ambicioso, assim, uma pergunta recorrente sobre ele é: o Mercosul realmente funciona? Ele está trazendo mudanças positivas para os moradores das fronteiras entre estes países?

Pucci (2010) comenta que a fronteira brasileiro-uruguaia é influenciada por uma série de decisões avulsas, mas de efeito continuado e pela atividade de instâncias permanentes. Entre os exemplos do primeiro caso, este autor cita, por exemplo, o caso dos Correios, cujas normas autorizam as agências postais de cidades fronteiriças a permutar diretamente objetos de até 500g com as agências postais do país vizinho (anteriormente esta correspondência, saindo da fronteira brasileira, teria de fazer uma viagem de 3500km, indo até Porto Alegre, São Paulo e Montevideu, antes de ir até a cidade vizinha na fronteira uruguaia). Já as ligações telefônicas entre cidades vizinhas ainda são tratadas como ligações internacionais, com tarifas correspondentes.

Pucci (2010) também lista uma série de instâncias permanentes que, de uma forma ou outra, afetam direta e principalmente as populações fronteiriças. Por exemplo, por uma iniciativa brasileira, foi criado, em 2002, o Grupo Ad Hoc de Integração Fronteiriça, que elabora propostas de normas e sugere ações para facilitar as relações nas fronteiras, envolvendo saúde, educação, trabalho, migração, transporte, desenvolvimento econômico e outros temas que possam impulsionar a integração entre as comunidades de fronteira.

Outra instância é o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, criado para suprir assimetrias entre os países membros, para o qual o Brasil contribui com 70%.

Por conta da maior vulnerabilidade das fronteiras, acaba contemplando projetos prioritariamente nos municípios destas regiões, o que envolve desde infraestrutura, economia, saúde humana e animal até energia eólica, na qual, aliás, esta fronteira rapidamente se transformou na quarta produtora mundial.

Mais complexa tem sido a criação de áreas de controle integrado de migrações e de cargas nas regiões de fronteira, pois envolvem justamente a infraestrutura para o controle de eventuais problemas de sanidade humana e animal criado pela circulação de pessoas e rebanhos entre os dois países. Pucci (2010) comentou que nem sempre soluções improvisadas que atendem a um país satisfazem o outro. No Brasil, por exemplo, algumas categorias profissionais, como os fiscais da Receita Federal, já fizeram greve, e os policiais federais já foram retirados destas áreas de controle, alegando falta de recursos humanos e materiais para atuarem.

Assim, os discursos de integração binacional, grandes programas e os megaprojetos contrastam com as dificuldades que moradores, fiscais ou policiais federais alegam enfrentar em pontos de fronteira, sendo fatos emblemáticos o que acontece no espaço do Mercosul. A dificuldades vão de turistas que têm de pagar um seguro (carta verde) para que seus automóveis circulem, praticamente sem fiscalização, entre as imensas torres de energia eólica levantadas nos países do tratado, até um imponente e agressivo animal europeu, o javali, introduzido no Uruguai para melhoramento da carne do porco doméstico, encontrado causando destruição em terras uruguaias e em fazendas brasileiras. Os contrastes são grandes. De um lado, o Uruguai liberou o consumo da maconha no país, com o intuito de enfraquecer os traficantes, enquanto no Brasil seu consumo é considerado criminoso.

Assim, quase atropeladas em meio a este “Mercosul das nações”, as cidades da região acabam tendo de lidar com seus problemas domésticos com as ferramentas que têm, o que nem sempre significa integração, como será visto no capítulo a seguir.

6 A FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI E O PLANEJAMENTO URBANO

6.1 Um olhar sobre planos diretores municipais

Conforme foi comentado, existem na região da fronteira entre Brasil e Uruguai casos extremos em que a ausência de barreiras naturais para dividir os dois países (fronteira seca), como um rio ou uma cadeia de montanhas, acabou fazendo com que laços de amizade ou de parentesco dos moradores de algumas destas cidades contribuíssem para que, gradativamente, ao longo da história, seus tecidos urbanos se aproximassem. Contrariando os acordos binacionais de fronteira, foram criados aglomerados únicos, sem uma separação, como em Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, representando assim um caso emblemático para estudo de uma situação de fronteira.

Como nos últimos vinte anos foram produzidos documentos de planejamento urbano e territorial nestas duas cidades, tanto em conjunto como separadamente, surgiu um excelente material de análise para estudar, de forma comparada, este caso peculiar, em que aparecem claramente a fronteira e seus limites.

O principal aspecto que estes documentos abordam, como seria de se imaginar, é a integração binacional. De imediato, percebe-se, porém, que, no que depende do formalismo destes documentos de planejamento, esta integração pode apresentar dificuldades adicionais, pois ainda existe uma tentativa de delimitar claramente territórios, ainda que os esforços em comum, tanto da população, quanto dos próprios administradores, seja para ultrapassar estes limites.

É necessário reconhecer, inicialmente, que, do ponto de vista administrativo, existem, de fato, diferenças consi-

deráveis entre estas duas cidades *hermanas*. A primeira e mais marcante é que há uma diferença de hierarquia entre elas, o que significa desigualdade nos seus planejamentos. Enquanto Livramento é uma entre as quase quinhentas cidades do interior do Rio Grande do Sul, Rivera é capital departamental, equivalente, em certa medida, a uma capital de estado brasileiro, ou, mais exatamente, a uma pequena Porto Alegre. Com isto, a cidade uruguaia, mesmo com menor população, tem condições ou mesmo a obrigação de planejar e executar estudos e projetos com mais detalhes do que sua vizinha brasileira e, conseqüentemente, pode receber mais recursos, o que significa condições urbanas mais atrativas do lado uruguaio.

Por outro lado, Livramento recebe influências de uma legislação social, urbana e ambiental mais ampla e bem elaborada e com iniciativas mais diversificadas produzidas em várias instâncias brasileiras e com influência de diferentes experiências brasileiras, caso do Estatuto das Cidades — legislação que incorporou, na medida do possível, o debate de boas práticas administrativas vindas de diversas regiões do Brasil.

Também a estrutura administrativa brasileira é diferente, um estado federativo e com mais centralidades que o Uruguai, que possui uma cultura de planejamento, segundo Mazzei e Souza (2013), bem mais centralizadora e dependente da capital nacional. Assim, o plano de Rivera reflete uma nova estratégia de descentralização do governo uruguaio para estas cidades (MAZZEI; SOUZA, 2013), o que significa valorizar as capitais dos departamentos.

Como foram produzidos dois documentos de planejamento, respectivamente para Santana do Livramento e para Rivera, e um documento em conjunto para as duas cidades, os temas a serem analisados serão: o entendimento que têm

sobre o ambiente natural (em comum) em que estas cidades estão inseridas; a visão deles sobre a integração binacional; a visão frente aos processos globais da economia; e, concluindo, os valores fundamentais apresentados no discurso de cada plano.

Assim, uma primeira avaliação feita foi a do Plano Diretor conjunto, elaborado entre Santana do Livramento e Rivera, sendo depois feita uma avaliação dos planos individuais de cada cidade, produzidos posteriormente.

6.2 O plano diretor conjunto entre as cidades de Livramento e Rivera

Três anos após a elaboração de um primeiro Plano Diretor de Santana do Livramento, um Comitê de Fronteira Livramento-Rivera foi criado, em 1994, visando ao desenvolvimento integrado de ambas as cidades.

Um comunicado de imprensa conjunto e bilíngue expressou a necessidade de se elaborar um Plano Diretor Urbano Conjunto das duas cidades, contemplando o planejamento territorial, problemas do meio ambiente e demais elementos que permitissem a criação de melhores condições de vida para as populações de ambas as cidades.

A justificativa era a mais orgânica possível, a de que existiam usos e costumes nas duas cidades que se entrelaçavam por vínculos sociais e familiares para formar uma entidade cultural comum e particular da fronteira e que esta cultura se reconhecia em fatos e personagens históricos que se integravam com um conjunto de edifícios e estruturas urbanas, além de suas áreas rurais.

Ao visitar estas cidades, percebe-se que a integração já acontece no dia a dia das pessoas: no rádio, música, tv, educação e jornais bilíngues; na aceitação recíproca das moedas

nacionais dos dois países nos mercados de ambos os lados da fronteira; na integração de estudantes de um país nas escolas do outro. Nos currículos escolares já estavam incluídos o português, em Rivera, e o espanhol, em Livramento, mesmo antes dos primeiros acordos internacionais.

Com a integração já acontecendo à revelia de remotos acordos binacionais, o Plano Diretor Urbano Conjunto (DEL CAMPO et al., 1998) tentaria definir as competências municipais necessárias para uma adequada gestão territorial e ambiental integrada, com a definição de organismos gestores, funções e competências. Também determinaria um marco institucional adequado para a gestão do território conjunto, incluindo representantes dos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países e representantes da Intendência Municipal de Rivera, da autoridade estadual brasileira correspondente (do estado do Rio Grande do Sul) e da Prefeitura de Santana do Livramento.

No segundo semestre de 1997, um Grupo de Trabalho concluiu um primeiro Diagnóstico Territorial Integrado, elaborado sobre estudos desta aglomeração urbana. O grupo realizou um estudo inicialmente sobre quatro tópicos: ordenamento territorial, infraestrutura física (transportes), meio ambiente e aspectos sociais e culturais.

O diagnóstico dos ambientes naturais do plano mostrou que das faixas marginais dos cursos d'água pouco restava das condições originais, recebendo lixo e esgoto dos assentamentos das imediações. Somente a vegetação dos cerros (morros) estaria em melhores condições, apresentando-se densa, sem maiores indícios de degradação que sinais de antropização nas bases.

Mesmo assim, a gestão ambiental que o plano propunha-se a fazer não acrescentou mais novidades a estas questões, pois estava condicionada ao discurso ainda vigente na

época, que era o do “desenvolvimento”, e aos seus aspectos estritamente urbanos. Assim, a topografia foi caracterizada como “condicionante” do desenvolvimento destas cidades. No entanto, enquanto o plano anotava, como situações deficitárias, no aglomerado, as “áreas verdes”, ou seja, praças e parques bem equipados, considerava que os cursos de água limitavam o crescimento urbano (pois eram vistos como não edificáveis) e deveriam ser considerados com usos potenciais como espaços de recreação complementares à infraestrutura desportiva das duas cidades, ou como espaços de uma política de desenvolvimento turístico conjunta ou, quando muito, como fontes de recursos para a agricultura. Isto apesar da reconhecida condição sanitária precária dos rios.

Assim, o lago Batuva, em Santana do Livramento, bem como o Parque Municipal do lago *Gran Bretaña*, seu equivalente em Rivera, eram considerados reservas naturais de espécies arbóreas e de aquíferos no subsolo, áreas com incidência favorável no microclima, mas principalmente “*entre los espacios y equipamientos de uso común para la comunidad del aglomerado, que deberán considerarse para su desarrollo, conservación y preservación*” (DEL CAMPO et al., 1998), os quais, no entanto, deveriam ser remodelados para lazer público, requalificando seus equipamentos urbanos ou criando novos atrativos.

O plano constatava que alguns assentamentos industriais provocavam problemas de contaminação acústica e aérea (caso da extração de rochas) e potencial poluição por efluentes não tratados convenientemente (caso dos mata-douros, curtumes, leiterias etc.), inclusive em zonas urbanizadas, mas o próprio plano considerava estas atividades de limitada relevância para o desenvolvimento da região. Com isto, cogitava-se a formação de uma normativa dos governos locais para o estudo e controle das atividades

contaminantes que aconteciam nos processos industriais em ambas as cidades.

Por outro lado, este plano identificou diversos espaços territoriais comuns, passíveis de integração, como o Parque Internacional, na verdade, uma praça urbana dividida entre Rivera e Livramento, situada exatamente em um ponto sobre a linha divisória (FIGURA 13). Outro espaço era a própria linha divisória, cujo destino seria a construção de vias de trânsito de veículos em toda sua extensão e com possibilidades de instalar equipamentos comunitários.

O plano também identificou monumentos, marcos limítrofes e patrimônios culturais que, além de seus significados relevantes para a memória das coletividades do Uruguai e do Brasil, definiam a estrutura dos espaços urbanos de uso comum, e seriam merecedores de ações para revalorizar suas espacialidades e poderiam ter um uso mais intensivo pelas coletividades e pelos visitantes. Incluíram-se, neste caso, alguns marcos naturais, como os cerros (morros que fazem divisa entre os países) e que deveriam ser considerados paisagens protegidas.

Enquanto o plano acenava com a valorização do conceito de fronteira, constatava que o mundo real esbarrava nos formalismos dos limites internacionais. Com isto, o plano observou que os processos globais da economia aparentemente traziam mais percalços do que benefícios para as cidades. O trânsito de veículos de carga internacional, por exemplo, era considerado problemático para as cidades. Existiam dificuldades para implantar uma simples linha de transporte coletivo de passageiros entre as duas cidades, reconhecida como necessária para o desenvolvimento social comum e que já estaria acertada entre os organismos nacionais competentes através de um acordo sobre transporte internacional terrestre. Na prática, constatou-se que mesmo

a antiga circulação de trens internacionais já era inviável entre os dois países, existindo a necessidade de transbordo de cargas de trens brasileiros para os uruguaios, e vice-versa, por diferença de bitolas. Frente a isto, o plano propunha-se a analisar tendências de interconexão das vias de trânsito de cada cidade para melhorar os trajetos locais e regionais, na época com estrangulamentos funcionais.

O plano constatou que a atividade comercial e empresarial perdurava, através de crescimento e recessão, em um processo de conjunturas econômicas históricas entre ambos os países, que faziam oscilar as situações favoráveis a um ou outro lado da fronteira. O sistema de comércio *free shop*, estabelecido em 1986 em Rivera, pouco antes do Mercosul, por exemplo, acentuou ainda mais esta situação pela presença de consumidores de outras regiões. Isto desenvolveu um crescimento importante nas atividades de turismo, especialmente em hotelaria e gastronomia no

FIGURA 14: Comércio *free shop* estabelecido em Rivera, Uruguai



Foto: Miriam Martins Chaudon.

aglomerado urbano, mas deixou as duas cidades dependentes da flutuação cambial de uma moeda estrangeira, o dólar americano. Ao mesmo tempo, surgiu uma variada gama de informalidades e subocupações nas duas cidades vinculadas às flutuações do turismo (ex.: cambistas, vendedores de rua).

Assim como em outros temas, havia uma proposta para que estas atividades pudessem ser reguladas de forma comum entre as duas cidades. Assim, apesar das diferentes normas jurídicas existentes em ambas, uma cultura comum fazia com que este plano reconhecesse a integração como um valor fundamental do seu discurso.

6.3 O Plano Diretor da cidade brasileira de Santana do Livramento

Após a elaboração, em 1998, do Plano Diretor Urbano Conjunto entre Santana do Livramento e a vizinha uruguaia, Rivera, um segundo Plano Diretor Participativo para a cidade brasileira foi elaborado em 2006. Este foi feito já com influência de legislações brasileiras recentes, notadamente do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257 de 2001) que estabeleceu diretrizes gerais da política urbana, com requisitos como a participação popular e a abrangência do território, que inclui a zona urbana e a rural (esta última considerada com razoável detalhamento neste plano) e com influências também do Tratado do Mercosul, em vigor desde 1995.

Pela presença, no seu território, de uma das poucas unidades de conservação existentes no bioma Pampa, a APA (Área de Proteção Ambiental) federal do Ibirapuitã, o Plano de Livramento incorporou, também, a legislação ambiental, em especial a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação,

e a Lei Federal nº 9605/98 (Lei de Crimes Ambientais), que diz respeito a impactos ambientais no meio urbano (Impacto de Vizinhança). Com isto, pode-se dizer que tal Plano Diretor possui uma concepção moderna no que se refere aos avanços legais brasileiros mais recentes.

Desta forma, este incorpora, de forma inovadora, em relação ao anterior plano realizado para a cidade (1991), ambientes naturais e culturais como elementos estruturais da integração regional, sendo eles: o bioma Pampa, com suas características diferenciadas; as bacias hidrográficas comuns; as unidades de conservação; a estrutura de ocupação fundiária e o modo de produção, bem como as povoações e a cultura local, além da extensa linha de fronteira binacional que cruza o município. Para este plano, a implantação de projetos, públicos ou privados, deverá considerar a existência destes elementos estruturais e integradores para não os descaracterizar.

Na verdade, o plano enxerga a necessidade premente de um Zoneamento Ecológico Econômico do bioma Pampa, que possa orientar as restrições e potencialidades para o uso dos seus recursos naturais. Destaque-se que, apenas dois anos antes da elaboração deste plano, o Pampa havia sido reconhecido como um bioma particular (IBGE, 2004).

Incorporando, de certa forma, o discurso ambiental da APA, este plano considera a área rural como a parcela do território destinada às atividades com predominância para a proteção da flora, da fauna e dos demais elementos naturais. Admite-se, pois, para a sua perpetuação e sustentabilidade, usos científicos, habitacionais, turísticos, de lazer e, principalmente, toda a gama de atividades compatíveis com o desenvolvimento da produção primária bem como a localização de pequenas indústrias vinculadas à produção na propriedade rural. Ele considera as relações de complementaridade entre a área urbana e a área rural através de

um zoneamento ambiental e de usos, proposto para todo o território do município.

Por outro lado, a própria APA de Ibirapuitã já completou 23 anos de existência sem plano de manejo e, tampouco, zoneamento ecológico-econômico. Segundo reconhece o próprio Conselho da APA, grande parte da população dos municípios que a abrigam desconhece o que é, para que serve e onde fica a APA do Ibirapuitã. Esta tem 317.000 hectares e conta com apenas dois servidores (APA, 2015). Trata-se de uma unidade em que não ocorreu desapropriação de áreas particulares, assim o Governo Federal limitou-se a estabelecer normas de uso de solo.

Reconhecendo as limitações do município, o Plano Diretor de Livramento possui, como uma das suas diretrizes gerais, a cooperação. Ele mostra a intenção de assegurar a integração regional entre os municípios do Pampa gaúcho, em particular da chamada fronteira oeste e da região da Campanha, bem como com o Departamento de Rivera, no Uruguai.

O plano reconhece que o atrativo máximo da região Rivera-Livramento reside no polo turístico da fronteira seca, mas entende que existe uma extensa linha de fronteira binacional que exige tratamento diferenciado e uma visão integradora nas futuras intervenções, levando em conta as similaridades e o estreitamento de relações entre as nações. Assim, a integração deverá abranger os mais vastos temas, além do turismo, como saúde, habitação, meio ambiente etc. Esta integração deverá ocorrer para algumas funções públicas que são objeto de gestão comum e deverá ficar evidenciada em acordos de cooperação a serem estabelecidos pela Prefeitura de Livramento, com os governos envolvidos, seja dos municípios vizinhos, seja de Rivera.

Caso típico é o do Aquífero Guarani. Por representar um recurso natural que ultrapassa fronteiras nacionais,

abrangendo pelo menos três países, uma comissão binacional do Aquífero Guaraní estava prevista para integrar o conselho de planejamento da cidade, mas o conselho não foi ativado até o presente.

Prevendo uma gestão consorciada com Rivera, Livramento criou uma Zona Especial de Faixa de Fronteira, constituída pelas áreas localizadas ao longo da linha de divisa, na área urbana, que demandam tratamento urbanístico e paisagístico diferenciado, com projetos especiais aprovados pelo Conselho de Planejamento da Cidade e em parceria com a *Intendencia* de Rivera. Para revitalizar esta linha de fronteira, o plano sugere criar um plano de gestão conjunta, mediante operações urbanas consorciadas que incluiriam ações de urbanização e regularização na faixa de domínio.

Assim, percebe-se que este Plano Diretor, quanto às questões internacionais, está pouco relacionado com temas amplos, como a globalização, e reconhece as relações de interdependência entre as duas cidades vizinhas. Desta forma, há uma ênfase para questões urbanísticas entre ambas, com recomendações para que os programas e projetos devam ser coordenados binacionalmente, ainda que se respeitando as peculiaridades de cada cidade.

De qualquer modo, percebe-se que a democracia e a diversidade representam o valor fundamental do Plano Diretor Participativo de Santana do Livramento. São incorporadas a diversidade cultural, social e natural, além da própria fronteira binacional que existe no município.

6.4 O plano diretor da cidade uruguaia de Rivera

Passados alguns anos da elaboração dos estudos anteriores, o *Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de*

la Microrregión de Rivera (IDR, 2010) foi formatado apresentando um caráter mais técnico e formal, que foca no traçado de um perímetro para ordenamento. Ele faz uma categorização de usos do solo e uma zonificação, define os atributos urbanísticos e o sistema de redes de infraestrutura desta cidade.

Do ponto de vista ideológico, este plano pretende ser uma bandeira para liderar e aglutinar a cidadania em torno da ideia de construção de uma qualidade de vida crescente, apresentando objetivos bastante amplos, tais como:

- a) Orientar o desenvolvimento das atividades humanas.
- b) Proteger o meio ambiente valorizando o patrimônio natural e cultural. [...]
- c) Qualificar a paisagem urbana e rural. [...]
- d) Compatibilizar usos de solo e atividades.
- e) Promover o consumo sustentável dos recursos.
- f) Afirmar os potenciais de desenvolvimento local.
- g) Fortalecer as redes de competitividade local.
- h) Valorizar as identidades sociais, culturais e produtivas locais.
- i) Garantir a biodiversidade e a diversidade cultural.

O discurso ambiental está presente com o desenho de um sistema de parques com arborização e áreas verdes, do saneamento básico ou de projetos como o do Aquífero Guarani. O próprio plano reconhece uma mazela urbana típica que é o fato de a fronteira Rivera - Livramento ter uma rede limitada de saneamento, sendo que é uma importante zona povoada assentada na recarga do Aquífero Guarani.

Outra limitação marcante de Rivera, já comentada, é o conflito entre o modelo urbano colonial espanhol e as ca-

racterísticas topográficas locais. Os modelos de urbanização desde a colonização ignoraram as peculiaridades topográficas desta cidade, e os planejadores atuais pretendem resolver estes problemas mediante intervenções urbanísticas.

O plano de Rivera considera como de gestão estratégica o Programa Ambiental do Aquífero Guarani. Considerado um recurso natural regional, o plano busca consolidar uma unidade de gestão ambiental, ainda indefinida – eventualmente similar às APAs brasileiras – no município de Rivera, capaz de projetar, implementar e monitorar ações de proteção do aquífero e seu uso sustentável. Esta unidade, possivelmente uma reserva da biosfera, uma área com planejamento vagamente voltado para o turismo rural, seria um componente substantivo para promover Rivera como “laboratório de gestão ambiental urbana” (IDR, 2010). Isto deverá ocorrer pela designação do território de Rivera como área piloto de planejamento e gestão ambiental e, portanto, protagonista em programas nacionais e internacionais relacionados ao aquífero.

Porém, enquanto o plano sugere que a *Intendencia* deva procurar obter recursos técnicos, científicos e financeiros para a instalação do programa e para a implantação da infraestrutura necessária para manter a qualidade e o abastecimento de água na região, de outro lado afirma que tentar proteger toda a área vulnerável exigiria um volume de recursos muito significativo, claramente fora da escala municipal e fora de justificativa técnica, pois tais recursos poderiam ser aplicados em outros aspectos considerados de maior impacto (por exemplo, a extensão do saneamento).

Para este plano, proteger áreas e setores que possivelmente no futuro não sustentem usos de relevância (urbanos) não é entendido como uma solução efetiva. Por isto, o plano considera necessária a definição de áreas de maior

prioridade onde focar os recursos. Na prática, isto poderá representar transferir a determinação dos índices de vulnerabilidade do aquífero da gestão do território para o gerenciamento de projetos isolados, como a regulamentação da construção de poços artesianos.

Considerando que este aquífero abrange uma região ampla e pelo menos três países, o programa apresenta-se insatisfatório pela sua ênfase urbanística ou no turismo, e por não satisfazer as questões de integração com Livramento. Mesmo assim, Rivera pretende promover este programa frente às autoridades do Mercosul, na rede de mercocidades, e frente aos organismos internacionais responsáveis pelo Projeto Aquífero Guarani.

Por outro lado, este plano procura posicionar Rivera como uma estratégia regional e internacional ampla, buscando ganhos em atratividade e ajudando-a a encontrar sua identidade na região. Isto sempre através de um viés urbanístico, da listagem de seus perfis potenciais, cidade de comércio, de cultura, de gastronomia, de logística, capital de uma região florestal, de qualidade ambiental e de prestígio paisagístico, estimulando o uso de uma arquitetura moderna a partir de componentes tradicionais como *madera, piedra, ladrillo* (IDR, 2010).

No entanto, não chega a ser uma diretriz, ou mesmo um objetivo claramente definido deste plano, promover a integração com a comunidade vizinha da cidade de Livramento. Esta integração, ou o discurso “*Rivera sin fronteras*”, viria a ocorrer supondo uma dupla dimensão estratégica. Por uma parte, incrementa a ênfase na continuidade das principais redes de comunicação. Por outro lado, porém, a intenção dos planejadores uruguaios é coordenar os sistemas funcionais e os elementos simbólicos entre Rivera e Santana do Livramento, ou liderar projetos fronteiriços

de desenvolvimento urbano, em especial o denominado projeto paisagístico e habitacional “*La Línea*”, entre o cerro Caqueiro e o cerro do Norte, morros em áreas urbanas de Rivera que fazem divisa e onde há contato direto com porções urbanas de Livramento, na Zona Especial de Faixa de Fronteira.

Com isto, a intenção é que a *Intendencia* desta cidade promova, ante as autoridades brasileiras competentes e através de procedimentos diplomáticos, acordos necessários para que a concepção e instrumentação dos programas e projetos do “*La línea*” sejam coordenadas de maneira binacional. Porém, o plano deixa claro que enquanto isto não ocorrer, a *Intendencia* desenvolverá ações capazes de solucionar os problemas mais urgentes sozinha e formulará propostas que alimentem a posterior reflexão estratégica conjunta.

Além da internacionalização da cidade, a visão técnica e tecnocrática representa o valor fundamental do plano da cidade de Rivera. É um plano que parte da constatação de que, do ponto de vista formal, seguem persistindo as restrições para a integração binacional, sendo mais vantajoso para a cidade tentar avançar sozinha do que esperar pelo entendimento entre os órgãos superiores dos dois países.

7 CONCLUSÕES

O Brasil possui alguns milhares de quilômetros de limites com países vizinhos, com as situações mais diversas. No entanto, ao não se ater aos limites formais entre Brasil e Uruguai, este livro explora o conceito de fronteira através de uma análise de aspectos naturais, históricos e culturais comuns aos dois países.

Desta forma, este livro mira o grande potencial de pesquisas em territórios fronteiriços, através de novos temas e novas abordagens metodológicas, o que sugere que o internacional tem muito a contribuir para o nacional e vice-versa.

Com isto, constata-se que a fronteira é um tema amplo e fascinante e, ao mesmo tempo, atrai e repele, tanto provoca entusiasmo, quanto apatia, principalmente nos gestores públicos, pois a fronteira tanto desperta insegurança pelos fatos históricos quanto invoca políticas públicas instáveis.

Para os moradores de um país, os limites costumavam ser vistos como espaço de disputas com os países vizinhos, locais onde a nacionalidade devia, mais que tudo, ser lembrada e exaltada. Atualmente, com a necessidade de integração crescente entre os países, em particular por questões de comércio, mas também, e principalmente, por conta das iniciativas das populações residentes nestes locais, as fronteiras são vistas, cada vez mais, não como o fim, mas como a porta de entrada para os países, um espaço comum de convívio.

Trata-se de uma mudança que vem ocorrendo muito lentamente e vem sendo assimilada pelos estados nacionais de forma apenas parcial. Pode-se constatar que uma postura defensiva ainda é mantida em muitos documentos binacionais, por conta, possivelmente, das lembranças de conflitos passados e disputas mal resolvidas.

Mesmo assim, superados os conflitos herdados da era colonial, a fronteira entre Brasil e Uruguai, em particular, é tida como institucionalizada, inclusive com limites bem definidos no terreno, tranquila na maior parte dos aspectos e plenamente integrada, sendo hoje uma importante rota do Mercosul. Porém, existem muitos aspectos ligados ao uso comum desta fronteira ainda pouco estudados, incluindo tanto processos de integração potenciais como conflitos latentes, sejam sociais, econômicos ou ambientais, que aos poucos irão sendo identificados a partir de uma investigação um pouco mais detalhada.

É o caso peculiar dos planos diretores de duas cidades desta fronteira aqui analisados, cidades que são “vizinhas”, “irmãs” ou antes “primas”, onde a população já se integrou há muito tempo, mas onde ainda persiste uma situação defensiva no planejamento das cidades.

Constata-se, assim, que, para reforçar a possibilidade de integração, os tratados binacionais, as lideranças e os técnicos locais cada vez mais deverão acompanhar as iniciativas da população fronteiriça, principal beneficiária e tributária dos acertos e erros desta integração.

8 REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, V.P.L. **Armour, uma aposta no Pampa**. Santana do Livramento: Ed. Samara, 2000.

BANDEIRA, M. **O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BRASIL. **Decreto nº 1846, de 3 de agosto de 1937**: Promulga o convênio para a fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira entre o Brasil e o Uruguai, de 20 de dezembro de 1933. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1846.htm>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. Tratado de Assunção: Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai de 26 de março de 1991. Decreto Legislativo nº 197, de 25/09/91. *In*: **Mercosul, legislação e textos básicos**. 4ª ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2005. p. 13-33

BENCKE, G.A. Diversidade e conservação da fauna dos campos do sul do Brasil. *In*: **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. p. 101-121. 2009.

BÉRNILS, R.S.; GIRAUDO, A.R.; CARREIRA, S.; CECHIN, S.Z. Répteis das porções subtropical e temperada da Região Neotropical. *In*: **Ciência & Ambiente**. Santa Maria. Nº 35. p. 101-136. 2007.

BOHUSCH, R. Frigorífico no Livramento. *In: Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, fev. 2015.

_____. Movimento revolucionário. *In: Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 09 fev. 2015.

ROSAURO, M. Erva-mate está 100% mais cara. *In: Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 09 dez. 2013.

BOLDRINI, I. Campos do Rio Grande do Sul: caracterização fisisonômica e problemática ocupacional. *In: Boletim do Instituto de Biociências*, Porto Alegre, v. 56, p. 39. 1997.

CABRERA, A.L.; WILLINK, A. **Biogeografia de America Latina**. 2ª. ed. Washington: OEA. 1980.

CHMYZ, I. Pesquisas arqueológicas nas reduções jesuíticas do Paraná. *In: Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. Curitiba, nº 15, p. 39-58, 2001.

CHMYZ, I.; CHMYZ, J.C.G. & SGANZERLA, E.M.,. O projeto arqueológico Passaúna, Pr, Nota Prévia. *In: Arqueologia, Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Curitiba, CEPA/UFPR, v.5, p.35-42, 1986.

COSTA W.J.E.M. **Peixes anuais brasileiros. Diversidade e conservação**. Curitiba: Editora da UFPR. 2002.

COUTO E SILVA, G. **Geopolítica do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros. N. 126. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

CRUZ, R.C.; GUADAGNIN, D.L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. *In*: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS: Práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: UFSM, PPG Geografia e Geociências, Dep. de Geociências, v.1, p. 155-179, 2010.

DEAN, W. **A ferro e a fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL CAMPO, J.; LORENZO, N.; SALENGUE, G. **Plan de desarrollo urbano conjunto Rivera/ Sant 'Ana do Livramento; Plano de desenvolvimento urbano conjunto Rivera/Sant 'Ana do Livramento**. Porto Alegre: METROPLAN (volume 5),1998.

GARCIA, P.C.A.; LAVILLA E.; LANGONE J.; SEGALLA M.V. Anfíbios da região subtropical da América do Sul – Padrões de distribuição. *In*: **Ciência & Ambiente** Santa Maria. Nº 35, pp. 65-100. 2007.

GIARRACA, N.; PETZ, I. La Asamblea de Gualaguaychú. *In*: **Realidad Económica**, Buenos Aires, nº. 226, p. 101-126. 2007.

HUECK, K. **As florestas da América do Sul**. São Paulo: Polígono, 1972.

IBGE. **Mapa de biomas do Brasil**: primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IDR. **Plan de desarrollo y ordenamiento territorial de la microrregión de Rivera**. Rivera. 2010.

INCRA/MDA. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Ângelo**. Porto Alegre. 2006.

INE. **Resultados del Censo de Población 2011**: población, crecimiento y estructura por sexo y edad. Montevideo. 2012.

IPAGRO. **Atlas agroclimático do estado do Rio Grande do Sul**. Seção de Ecologia Agrícola. v. 3, Porto Alegre, 1989.

IPEA-IBGE-NESUR-IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul. v. 6, Brasília. 2000.

KAUL, P.F.T. Geologia. *In*: **Geografia do Brasil**: Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE. p. 29-54. 1990.

LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. Vegetação. *In*: **Geografia do Brasil**: Região Sul. Rio de Janeiro, IBGE. p.113-150. 1990.

LEWINSOHN T.M. **Avaliação do estado do conhecimento da biodiversidade brasileira**. Brasília: MMA (Série Biodiversidade, 15), 2006.

MARTINS. R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MAZZEI, E.; SOUZA, M. **La frontera em cifras**. Melo: UDELAR, 2013.

MONTEIRO, J. O escravo índio, esse desconhecido. *In*: **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p. 105-120. 1994.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição, pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 - 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.

PENTEADO, M.M. **Fundamentos de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. 1980.

PLANTUREUX S.; PEETERS A.; MCCRACKEN D. Biodiversity in intensive grasslands: Effect of management, improvement and challenges. *In: Agronomy Research*. Saku. n.º. 3, p. 153-164. 2005.

PUCCI, A.S. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

RAMBO, S.J.B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1956.

REIS, M. F. O debate intelectual uruguaio sobre a América Latina e os EUA do Pós-Segunda Guerra: Entre democracias e revoluções. *In: História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 461-482, jul./dez. 2008.

RIO GRANDE DO SUL. **Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul**. (Relatório Final). Porto Alegre. SEMA. 2002.

RIZZINI, C.T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda. 1997.

ROLIM, C. Como analisar as regiões transfronteiriças? Esboço de um enquadramento teórico-metodológico a partir do caso de Foz do Iguaçu. *In: Revista Nereus*, São Paulo, v. 5, p. 1-20. 2004.

SANTINI, E.J. **Aspectos da vegetação arbórea no Estado do Rio Grande do Sul**. Monografia. UFSM, Santa Maria, 1976.

STUMPF, E.R.T.; BARBIERI, R.L.; HEIDEN, G. **Cores e formas no bioma Pampa. Plantas ornamentais nativas**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009.

VELOSO, H.P.; GÓES FILHO, L. **Fitogeografia brasileira: classificação fisionômico-ecológica da vegetação neotropical**. Salvador: Projeto Radambrasil (Bol. Técnico. Série Vegetação, 1), 1982.

Publicações on line:

APA do Ibirapuitã. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/apadoibirapuita/apa-do-ibirapuita>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

A faixa de fronteira. Disponível em: <http://cdif.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14 mai 2015.

BALTZ, T. Complexo Eólico Cerro Chato é inaugurado em Santana do Livramento (RS). **Ambiente Já**. 2012. Disponível em: <http://ambienteja.info/ver_cliente.asp?id=176393>. Acesso em: 15 jul. 2013.

IBGE. **Painel das cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431710>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

MATTOS, J.R. "Basiléia, felicidade e belisaria": fragmentos da escravidão em Santana do Livramento/RS. **Webartigos**. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/basiléia-felicidade-e-belisaria-fragmentos-da-escravidao-em-santana-do-livramento-rs/40937/>>. Acesso em: 03 set. 2013.

SPF. **Plantaciones:** zonas forestadas en Uruguay. Montevideo. Disponible em: <<http://www.spf.com.uy/forestacion-en-uruguay/plantaciones/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.